

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**Senhores Acionistas,**

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer dos Atuários Auditores Independentes.

**Inovações em Produtos e Serviços**

Visando oferecer maior comodidade ao corretor e melhor proteção para o patrimônio dos seus segurados, a Bradesco Auto/RE busca inovar e aperfeiçoar continuamente seus produtos e serviços. No exercício de 2019, destacam-se as seguintes ações:

- **Bradesco Seguro Auto Correntista:** criado para os clientes do Banco Bradesco, destaca-se em produto exclusivo para correntistas, com condições diferenciadas de acordo com o segmento (Classic, Exclusive, Prime/Private). O produto possui as seguintes vantagens a esses clientes: descontos na contratação, renovação, guincho para terceiros, desconto na franquia para veículos reparados em oficinas indicadas no Bradesco Auto Center e parcelamento do seguro em até dez vezes sem juros, válido somente para seguros individuais de Pessoa Física;

- **Aplicativo Assistência Dia e Noite:** evolução do aplicativo com implantação da funcionalidade que permite acionar serviços de assistência residencial dia e noite como vazamentos, entupimentos, elétrica e chaveiro. O aplicativo também permite aos usuários buscar a localização do Bradesco Auto Center mais próximo, além de ofertar adesão aos planos da Veloe, empresa que proporciona mobilidade para pagamento automático em pedágios e estacionamentos;

- **Vistoria e Inspeção Bradesco:** objetiva tornar mais ágil e eficiente o processo de realização de vistorias e inspeções de risco de Seguro Bradesco Auto e Ramos Elementares. Em sua evolução, disponibilizou para todas as regiões do País a inspeção *mobile*, referentes aos ramos empresarial e residencial, integrada com o SIRE-SMB, sistema que possibilita a geração automática de pedidos de inspeção, integrada ao aplicativo Inspeção 360°. Foi disponibilizado também o acompanhamento de vistoria prévia de automóvel, permitindo ao corretor realizar pesquisas e acompanhar seus pedidos de vistorias no Portal de Negócios;

- **Salvare:** célula criada para suprir necessidades da área de Salvados, reduzir despesas, aumentar a eficiência operacional e a recuperação de receitas da Bradesco Auto/RE. No exercício, foram realizadas melhorias que otimizam os processos de recolhimento e transferência de salvados, tais como recepção de *e-mail* automático que informa sobre os salvados que estão com pendência de aprovação de despesas; consulta de despesas pendentes de aprovação; visualização de comprovantes de despesas por tipo de salvado; e validação de despesas de salvado;

- **Melhorias Auto:** célula ágil, concebida para aprimorar os ambientes de cotação de Seguro Bradesco Auto e automatizar todos os processos de emissão de apólices. Implantou também recurso que avisa ao corretor, no momento do cálculo, as vantagens disponíveis para seu cliente ao contratar o Bradesco Seguro Auto. Disponibilizou também a "Oferta de Negócios", uma aplicação que apresenta uma lista de clientes não convertidos, ou seja, aqueles que há doze meses realizaram uma cotação do produto Bradesco Seguro Auto, mas que não contrataram o seguro. Esse recurso apresenta também, de forma unificada, a posição de recuperação de clientes não renovados (lista de clientes que não renovaram seu seguro na vigência anterior), criando mais oportunidades para o corretor realizar novos negócios;

- **Melhorias RE:** célula ágil criada com foco em aprimorar os ambientes de gestão de propostas e apólices de Ramos Elementares, com a finalidade de proporcionar aos corretores e parceiros de negócios a melhor experiência digital. No Portal de Negócios foram realizadas melhorias, visando aperfeiçoar o processo de cotação de seguro de auto e disponibilização da 2ª via de boleto para pagamento de parcelas de apólices em atraso, referente à Ramos Elementares. Além disso, foram reorganizados os *status*/situações do sistema Acompanhamento de Negócios, conforme o perfil do usuário (matriz, sucursal e corretor);

- **Bradesco Auto Center (BAC):** inauguração de unidades do BAC nas cidades de São José do Rio Preto – SP, Campo Grande - MS, além da unidade Porto Maravilha, localizada na Bradesco Seguros no estado de Rio de Janeiro, totalizando 38 unidades; e

- **Seguro Auto Light:** foi lançado o primeiro produto 100% digital com as principais coberturas e benefícios do seguro tradicional. O produto está disponível para contratação no Portal de Negócios onde possui os seguintes diferenciais: franquia flexível com até 30% de desconto, em casos de veículos que forem levados para oficinas indicadas pelo Bradesco Auto Center; e o parcelamento do valor da apólice em até dez vezes sem juros por meio de débito em conta e cartão de crédito. O seguro pode ser adquirido tanto por Pessoa Física quanto Jurídica, para veículos de categorias passeio e picape leve nacional, com até 15 anos de uso e importância segurada de até R\$ 80 mil.

**Desempenho das Operações de Seguros**

A Bradesco Auto/RE apresentou, no exercício de 2019, faturamento de R\$ 5,757 bilhões (R\$ 5,598 bilhões no exercício de 2018). No ramo de automóveis, a Companhia manteve a política de tarifação pela característica individual de cada segurado, sofisticando sua subscrição através de modelagem estatística e ferramentas mais adequadas de tarifação. Nos Ramos Elementares, atuou em seguros massificados, onde manteve uma expressiva carteira de seguros residenciais, atingindo cerca de 1,335 milhão de residências seguradas.

**Resultado do Exercício**

A Bradesco Auto/RE apresentou, no exercício de 2019, Lucro Líquido de R\$ 372,119 milhões (R\$ 191,109 milhões no exercício de 2018), crescimento de 94,72% em relação ao montante auferido no mesmo período do ano anterior, representando uma rentabilidade de 25,11% sobre o Patrimônio Líquido Médio.

A *performance* do lucro líquido do exercício de 2019, demonstra, principalmente, a melhora dos índices de sinistralidade, em função da evolução no processo de precificação e aceitação de risco e índice de eficiência.

**Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos**

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros – Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Companhia, até atingir o limite de 95% do valor do capital social integralizado.

O Estatuto prevê, ainda, o pagamento aos acionistas da Bradesco Auto/RE, do mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, a título de dividendos, respeitadas as deduções e distribuições previstas.

A Diretoria está autorizada pelo Estatuto Social, a declarar e pagar dividendos intermediários à conta de Lucros Acumulados ou de Reservas existentes.

**Aplicações Financeiras**

As aplicações financeiras estão classificadas nas categorias "Valor Justo por meio do Resultado" e "Disponível para Venda", conforme normas contábeis em vigor.

**Responsabilidade Socioambiental**

Programa Auto Reciclagem: projeto pioneiro, de abrangência nacional, que destina peças sinistradas irre recuperáveis e materiais automotivos para a reciclagem. Essas peças são doadas a empresas que possuem o Certificado de Destinação Final, um documento que comprova a coleta e o tratamento dos resíduos, conferidos pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), pela norma ISO 14001, entre outros certificados que garantem o correto gerenciamento desses materiais automotivos, evitando possíveis impactos ambientais.

A Companhia disponibiliza consulta a um sistema *on-line*, ferramenta que permite a empresa credenciada, verificar em quais oficinas há material disponível para reciclagem, visando planejar a logística de coleta. Nesta linha, pode-se acompanhar toda a cadeia de reciclagem, evitando que peças de automóveis sejam depositadas em margens de rios ou em terrenos baldios. Desde o surgimento da iniciativa em 2009, foram destinados à reciclagem mais de 17 mil toneladas de materiais automotivos, sendo 926 mil em 2019.

Bradesco Seguro Residencial – Assistência Sustentável: lançado em maio de 2015, o serviço de Assistência Sustentável, disponível para clientes que possuem o produto Bradesco Seguro Residencial, possibilita o descarte ecologicamente correto de bens em desuso como móveis, colchões e equipamentos eletrodomésticos, além de proporcionar ao segurado, dicas de economia de água, energia e reciclagem de lixo doméstico. O serviço é acionado por meio da Central de Atendimento, agendando data e hora para retirada dos materiais que são desmontados e separados para o aproveitamento ou o descarte correto. Com esse serviço o segurado alia o conforto de ser atendido em casa à garantia de que os materiais descartados serão devidamente reciclados; e

Atendimento em Situação Climatológica Severa: também conhecido como Operação Calamidade, visando facilitar a vida dos clientes, vítimas de qualquer imprevisível decorrente de ventania, enchentes ou raios, entre outras manifestações climatológicas, objetivando à preservação do patrimônio conquistado, à saúde e à vida, em situações ligadas aos acidentes naturais, cada vez mais recorrentes. A Operação Calamidade consiste em identificar, analisar e priorizar situações decorrentes de uma catástrofe, como por exemplo, um telhado danificado por vento, concentrando os esforços para, no menor tempo possível, quantificar e indenizar clientes envolvidos em tragédias naturais, este plano de ação, já acionado em 29 ocasiões desde seu início em abril de 2015, visa reduzir, para o menor prazo possível, o atendimento aos sinistros e o pagamento das indenizações aos segurados afetados por tragédias naturais. Esse plano de ação, já acionado em 29 ocasiões, desde seu início em abril de 2015, visa reduzir no menor prazo possível o atendimento de sinistros e pagamentos de indenizações aos segurados afetados por tragédias naturais. Em 2019, a Operação Calamidade foi acionada três vezes e indenizados 326 clientes em 21 cidades, com pagamentos de R\$ 1,579 milhão. As principais coberturas acionadas foram vendaval e granizo.

**Gestão de Riscos**

O Grupo Bradesco Seguros, do qual a Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros faz parte, em linha com os modelos adotados de melhores práticas no mercado nacional e em atendimento à legislação vigente, possui uma Estrutura de Gestão de Riscos implantada, atuando de forma independente, no que tange a regulamentos, normas e políticas internas, tendo como principal objetivo assegurar que os riscos a que o Grupo está exposto sejam devidamente identificados, analisados, mensurados, tratados e monitorados.

O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa, que abrange, desde a Alta Administração, até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação e gestão dos riscos. Possui comitês com funções específicas, permitindo que os riscos, tais como subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional, sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados.

Estão inseridos, nesse contexto, categorizar os riscos relevantes para compor o perfil de riscos, monitorar os tipos de riscos assumidos com base nas compensações risco-retorno, para alcançar os objetivos estratégicos e buscar eficiência na gestão de capital, assegurar o acultramento de gestão de riscos nos vários níveis de atuação das empresas do Grupo, incluindo a difusão das políticas, normas e processos, bem como o monitoramento contínuo da exposição e tolerância aos riscos.

**Controles Internos**

A atuação de Controles Internos tem como principal objetivo apoiar todas as áreas internas, seja de suporte ao negócio ou operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável. Suas atividades estão aderentes às normas locais, seguem as diretrizes da política da Organização Bradesco sobre o tema e cumprem as exigências da seção 404 da Lei americana *Sarbanes-Oxley* e os principais *frameworks* internacionais de controles, como o *COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission)* e o *COBIT (Control Objectives for Information and Related Technology)*. A Bradesco Auto/RE realiza, periodicamente, testes de aderência, assegurando a eficiência dos controles e o atendimento às regulamentações e normativos internos do Grupo Bradesco Seguros. Os resultados são reportados à Alta Administração do Grupo Bradesco Seguros, ao Comitê de Controles Internos e *Compliance* e ao Comitê de Auditoria, ambos da Organização Bradesco.

**Compliance**

O Grupo Bradesco Seguros, do qual a Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros faz parte, possui estrutura própria para atendimento aos Órgãos Reguladores que supervisionam suas atividades. A Área de *Compliance* atua na captação, divulgação e devido acompanhamento para assegurar a aderência às regulamentações aplicáveis. Em complemento, monitora o atendimento às demais solicitações providas dos reguladores, de forma que sejam atendidas tempestivamente.

O acultramento constante dos funcionários através de treinamentos *e-learning*s e vídeos fora reforçado com treinamentos presenciais, abrangendo temas como prevenção e combate à lavagem de dinheiro, controles internos e riscos operacionais, fortalecendo a conscientização contínua sobre esses temas.

O Grupo mantém o compromisso contínuo de prevenir e combater a Lavagem de Dinheiro, o Financiamento ao Terrorismo e as Fraudes, aprimorando os controles existentes de monitoramento, apoiando outros esforços governamentais locais e internacionais contra possíveis situações criminosas e mantendo disponíveis os canais de denúncia aos funcionários e ao público externo para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares.

O Grupo Bradesco Seguros possui comitês executivos, possibilitando que as tomadas de decisão ocorram nas instâncias pertinentes, resguardando os padrões de conduta e a responsabilidade corporativa, numa contínua busca de excelência em seus processos e uma prestação de contas transparente e ética às partes interessadas.

**Governança de Dados e Segurança da Informação**

Alinhada com as novas regulamentações nacionais que abrangem o tema, e reafirmando o compromisso pela disponibilidade, integridade, segurança e confidencialidade das informações organizacionais e dos clientes, o Grupo Bradesco Seguros tem dado ênfase especial à governança de dados e segurança da informação.

**Premiações**

No exercício de 2019, a Bradesco Auto/RE recebeu reconhecimentos do mercado à sua atuação. Dentre os prêmios conquistados, destacam-se:

- Conquistou o primeiro lugar na categoria "Seguradoras", na 10ª edição do Prêmio Sindirepa - SP – Os Melhores do Ano que elege as principais marcas de autopeças, equipamentos e serviços divididas em 19 categorias que, segundo avaliação dos reparadores, se destacaram em atendimento às oficinas;
- Ficou no top 10 da lista das "50 maiores seguradoras" no prêmio "Melhores & Maiores", concedido pela revista Exame; e
- Recebeu o selo de "Melhor do Teste" com o seguro residencial pela Proteste – Associação Brasileira de Defesa do Consumidor. O seguro Residencial Sob Medida foi considerado o mais completo entre as principais seguradoras do mercado avaliadas.

**Agradecimentos**

Pelos êxitos obtidos, agradecemos a preferência e a confiança dos nossos segurados e corretores, o apoio recebido dos Órgãos Reguladores e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e colaboradores.

Rio de Janeiro, 04 de fevereiro de 2020.

**Diretoria**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)**

ATIVO	Nota	2019	2018	PASSIVO	Nota	2019	2018
<b>CIRCULANTE</b>		<b>3.613.840</b>	<b>3.394.709</b>	<b>CIRCULANTE</b>		<b>4.787.358</b>	<b>4.477.252</b>
Disponível		7.929	70.159	Contas a pagar		335.948	239.186
Caixa e bancos		7.929	70.159	Obrigações a pagar	13	197.711	120.482
<b>Aplicações</b>	<b>4</b>	<b>1.213.935</b>	<b>1.120.509</b>	Impostos e encargos sociais a recolher	14	105.309	97.243
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>		<b>1.446.265</b>	<b>1.346.064</b>	Encargos trabalhistas		5.489	4.799
Prêmios a receber	6	1.428.650	1.328.926	Impostos e contribuições	15	27.340	12.954
Operações com seguradoras		4.446	5.386	Outras contas a pagar		99	3.708
Operações com resseguradoras	7	13.169	11.752	<b>Débitos de operações com seguros e resseguros</b>		<b>243.492</b>	<b>261.468</b>
<b>Outros créditos operacionais</b>		<b>221.611</b>	<b>172.845</b>	Prêmios a restituir		3.797	3.811
<b>Ativos de resseguro - provisões técnicas</b>	<b>7</b>	<b>30.229</b>	<b>37.794</b>	Operações com seguradoras		10.611	12.512
<b>Títulos e créditos a receber</b>		<b>92.943</b>	<b>130.215</b>	Operações com resseguradoras	7c	17.163	42.857
Títulos e créditos a receber		5.521	1.194	Corretores de seguros e resseguros		195.904	173.608
Créditos tributários e previdenciários	9 a	86.466	128.148	Outros débitos operacionais		16.017	28.680
Outros créditos		956	873	<b>Depósitos de terceiros</b>	<b>16</b>	<b>28.917</b>	<b>47.328</b>
<b>Outros valores e bens</b>		<b>127.621</b>	<b>74.196</b>	<b>Provisões técnicas - seguros</b>	<b>17</b>	<b>4.177.401</b>	<b>3.927.670</b>
Bens à venda	8 a	77.456	74.196	Danos		4.177.401	3.927.670
Outros valores		50.165	-	<b>Outros débitos</b>		<b>1.600</b>	<b>1.600</b>
<b>Despesas antecipadas</b>		<b>34.963</b>	<b>33.398</b>	Débitos diversos		1.600	1.600
<b>Custos de aquisição diferidos</b>	<b>17c</b>	<b>438.344</b>	<b>409.529</b>	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>811.111</b>	<b>874.009</b>
Seguros		438.344	409.529	<b>Contas a pagar</b>		<b>15.024</b>	<b>-</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>3.586.529</b>	<b>3.527.825</b>	Tributos diferidos	9	15.024	-
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>3.384.171</b>	<b>3.388.535</b>	<b>Provisões técnicas - seguros</b>	<b>17</b>	<b>748.646</b>	<b>830.769</b>
<b>Aplicações</b>	<b>4</b>	<b>3.285.904</b>	<b>3.292.853</b>	Danos		748.646	830.769
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>		<b>192</b>	<b>185</b>	<b>Outros débitos</b>		<b>47.441</b>	<b>43.240</b>
Operações com seguradoras		192	185	Provisões judiciais	18 (v)	42.374	36.573
<b>Outros créditos operacionais</b>		<b>141</b>	<b>295</b>	Outros débitos		5.067	6.667
<b>Ativos de resseguro - provisões técnicas</b>	<b>7</b>	<b>10.366</b>	<b>14.443</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>19</b>	<b>1.601.900</b>	<b>1.571.273</b>
<b>Títulos e créditos a receber</b>		<b>69.634</b>	<b>75.893</b>	Capital social		981.011	981.011
Títulos e créditos a receber		8.240	-	Reservas de lucros		518.137	534.396
Créditos tributários e previdenciários	9 a	8.294	17.785	Ajustes de avaliação patrimonial		102.752	55.866
Depósitos judiciais e fiscais	10	48.040	52.113	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>7.200.369</b>	<b>6.922.534</b>
Outros créditos		5.060	5.995				
<b>Outros valores e bens</b>	<b>8bi</b>	<b>11.867</b>	<b>-</b>				
<b>Despesas antecipadas</b>		<b>118</b>	<b>355</b>				
<b>Custos de aquisição diferidos</b>	<b>17c</b>	<b>5.949</b>	<b>4.511</b>				
Seguros		5.949	4.511				
<b>INVESTIMENTO</b>		<b>1.002</b>	<b>1.050</b>				
Outros investimentos		1.002	1.050				
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>11</b>	<b>33.522</b>	<b>7.190</b>				
Bens móveis		5.746	4.224				
Outras imobilizações		27.776	2.966				
<b>INTANGÍVEL</b>	<b>12</b>	<b>167.834</b>	<b>131.050</b>				
Outros intangíveis		167.834	131.050				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>7.200.369</b>	<b>6.922.534</b>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**  
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2019	2018
Prêmios emitidos	24a	5.756.972	5.597.722
Variação das provisões técnicas de prêmios		(106.675)	(181.889)
Prêmios ganhos	23	5.650.297	5.415.833
Receitas com emissão de apólices	24b	11.854	11.471
Sinistros ocorridos	24c	(2.948.271)	(2.994.348)
Custos de aquisição	24d	(979.741)	(935.323)
Outras receitas e (despesas) operacionais	24e	(482.668)	(431.131)
Resultado com resseguro	24f	(22.741)	(32.745)
Receita com resseguro		26.508	37.439
Despesa com resseguro		(49.249)	(70.184)
Despesas administrativas	24g	(931.489)	(928.872)
Despesas com tributos	24h	(142.772)	(127.397)
Resultado financeiro	24i	473.822	426.796
Receitas Financeiras		513.763	564.619
Despesas Financeiras		(39.859)	(137.823)
Resultado operacional		628.332	404.284
Ganhos e perdas com ativos não correntes		251	(91.400)
Resultado antes dos impostos e participações		628.583	312.884
Imposto de renda	24j	(152.764)	(62.669)
Contribuição social	24j	(94.324)	(51.209)
Participações sobre o resultado		(9.376)	(7.897)
Lucro líquido do exercício		372.119	191.109
Quantidade de ações		221.002	221.002
Lucro líquido por ação - R\$		1.683,78	864,74

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**  
(Em milhares de reais)

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	372.119	191.109
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	78.144	71.165
Efeitos dos impostos	(31.258)	(28.465)
Total do resultado abrangente do exercício	419.005	233.809
Atribuível ao controlador	419.005	233.809

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**  
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Ajuste com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	981.011	88.164	900.511	13.166	-	1.982.852
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	42.700	-	42.700
Dividendos pagos por conta de reservas (R\$2.714,91 por ação)	-	-	(600.000)	-	-	(600.000)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	191.109	191.109
Dividendos propostos (R\$205,38 por ação)	-	-	-	-	(45.388)	(45.388)
Proposta para destinação do lucro líquido	-	-	-	-	(145.721)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	981.011	97.720	436.676	55.866	-	1.571.273
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	46.886	-	46.886
Dividendos pagos por conta de reservas (R\$1.357,45 por ação)	-	-	(300.000)	-	-	(300.000)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	372.119	372.119
Dividendos propostos (R\$399,90 por ação)	-	-	-	-	(88.378)	(88.378)
Proposta para destinação do lucro líquido	-	18.606	265.135	-	(283.741)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	981.011	116.326	401.811	102.752	-	1.601.900

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
(Em milhares de reais)

**1 Contexto operacional**

A Companhia é integrante do Grupo Bradesco Seguros, sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas as modalidades de seguros de danos e pessoas em todo o território nacional. O endereço registrado da sede da Companhia é Avenida Rio de Janeiro nº 555, 19º andar, Caju, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20931-675.

A Companhia é controlada direta da Bradesco Seguros S.A. e em última instância do Banco Bradesco S.A. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Grupo Bradesco Seguros, atuando de forma integrada no mercado, sendo os custos das estruturas operacional e administrativa comuns absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Bradesco em 04 de fevereiro de 2020.

**2 Resumo das principais políticas contábeis**

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis.

**a. Base de preparação**

Em consonância à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações subsequentes, as demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações contábeis estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia passou a apresentar de maneira segregada no Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos, os montantes relativos a aquisição e alienação/juros de aplicações financeiras classificadas na categoria "disponível para venda", reproduzindo também tais efeitos aos números comparativos de 31 de dezembro de 2018. Tal alteração está sendo realizada para melhor apresentação, não havendo alterações no montante total dos Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos em nenhum dos períodos apresentados.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

**b. Base para avaliação, de apresentação e moeda funcional**

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.

A moeda funcional da Companhia é o Real.

**c. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas: 2e - Classificação dos contratos de seguros; 4 - Aplicações; 8b - Outros valores - Salvados não disponíveis para venda - Estimados; 17 - Provisões técnicas - seguros e 18 - Provisões judiciais, incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil. Em 2019, a revisão dessas premissas resultou no aprimoramento dos critérios de avaliação e constituição de determinadas provisões, cujos os efeitos estão demonstrados na nota 18.

**d. Segregação entre circulante e não circulante**

A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante e não circulante a cada data de elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de classificar adequadamente os ativos e passivos de acordo com a expectativa de realização, mantendo no não circulante os montantes cuja expectativa de realização ultrapasse o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data base. Os títulos e valores mobiliários a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento (conforme nota explicativa 4b).

Ativos e/ou passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados no Ativo ou Passivo Não Circulante, e os sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como Circulante, exceto os depósitos judiciais.

**e. Classificação dos contratos de seguros**

A Companhia classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro. Como guia geral, define-se risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos ao segurado na ocorrência de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguro significativo.

**f. Aplicações e instrumentos financeiros**

A Companhia efetua a avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive derivativos, em consonância aos Pronunciamentos Técnicos CPC's 38, 39, 40(R1) e 46, cujos critérios de classificação, mensuração e avaliação, estão descritos a seguir:

**(i) Disponível e Equivalentes de Caixa**

São representados por depósitos bancários sem vencimento que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e que são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

**(ii) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

**(iii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento**

Caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos classificados nesta categoria são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do exercício.

**(iv) Ativos financeiros disponíveis para venda**

Compreendem os ativos financeiros que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Os investimentos em títulos patrimoniais são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício.

**(v) Determinação do valor justo**

A determinação do valor justos das aplicações financeiras da Companhia é efetuada da seguinte forma:

**Quotas em fundos de investimentos**

O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

**Títulos Públicos**

Os títulos públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de taxas médias do mercado secundário divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

**Ações e Fundos Imobiliários**

Os títulos de renda variável e os fundos de investimentos imobiliários tiveram seus valores de mercado obtidos a partir da última cotação publicada pela Brasil Bolsa e Balcão (B3).

**Título privados - Certificado de Recebíveis Imobiliários e Letras Financeiras**

A metodologia de marcação a mercado para Certificados de Recebíveis Imobiliários e Letras Financeiras adotada pela Companhia leva em consideração dois fatores: a) A taxa de juros livre de risco, que expressa a projeção do DI ou SELIC; e b) O spread de crédito do emissor. A taxa de juros utilizada tem como fonte primária a curva dos contratos futuros de DI divulgados pela Brasil Bolsa Balcão (B3). O spread de crédito é obtido por meio de metodologia específica descrita no manual interno de marcação a mercado, que considera os seguintes aspectos: i) classificação dos emissores em grupos, de acordo com a definição atribuída pelo Departamento de Crédito do Bradesco; ii) distribuição em classes de emissores, através da classificação realizada pela média das taxas de emissão de cada emissor; iii) utilização da última cotação, negociada em até 15 dias úteis da data de negociação/marcação a mercado e iv) cálculo do spread por meio das taxas de emissão ponderadas por classe e pelo volume negociado.

**Debêntures**

São atualizadas pelas informações divulgadas nos boletins publicados pela ANBIMA. Para as debêntures que não são informadas pela ANBIMA é utilizado o fluxo de caixa descontado. As taxas de desconto/indexadores utilizados são informações/projeções divulgadas por boletins ou publicações especializadas (ANBIMA/CETIP).

**(vi) Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros**

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO**  
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

	2019	2018
Atividades operacionais		
Resultado antes dos impostos e participações	628.583	312.884
Ajustes para:		
- Depreciações e amortizações	20.063	89.424
- Perda ou ganho na alienação ou baixa de imobilizado e intangível	3.541	102.012
- Despesas antecipadas	(1.328)	15.766
- Custos de aquisição diferidas	(30.253)	(13.902)
- Ativos de resseguro provisões técnicas	83.986	36.054
- Variações das provisões técnicas	3.562.132	3.603.581
- Provisão para riscos sobre créditos	3.257	11.822
- Juros e variação monetária	(110.781)	(28.765)
Lucro líquido ajustado do exercício	4.159.200	4.128.876
Variações nas contas patrimoniais aumento/(redução):		
- Aplicações - títulos a valor justo por meio do resultado	374.744	(15.890)
- Créditos das operações de seguros e resseguros	(99.303)	(10.610)
- Outros créditos operacionais	(50.587)	5.931
- Títulos e créditos a receber	43.812	57.190
- Outros valores e bens	(67.382)	21.529
- Contas a pagar	21.611	25.951
- Débitos das operações de seguros e resseguros	(19.976)	21.561
- Depósitos de terceiros	(18.411)	(2.726)
- Provisões técnicas - seguros	(3.353.277)	(3.413.354)
- Outros débitos	1.073	(129.170)
Caixa líquido consumido pelas operações	(3.165.756)	(3.569.588)
- Imposto de renda sobre o lucro pago	(149.458)	(96.940)
- Contribuição de renda sobre o lucro pago	(91.100)	(78.801)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	752.886	383.547
Atividades de investimento		
- Aquisição de títulos disponíveis para venda	(1.982.354)	(1.057.407)
- Alienação/vencimentos e juros de títulos disponíveis para venda	1.599.277	1.376.489
- Aquisição de imobilizado	(29.383)	(1.030)
- Ativo intangível desenvolvido internamente	(57.385)	(38.986)
- Baixa imobilizado	57	25
- Alienação de investimentos	60	13
Caixa líquido (consumido)/gerado nas atividades de investimentos	(469.728)	279.104
Atividades de financiamento		
- Dividendos e juros sobre capital próprios pagos	(345.388)	(625.177)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(345.388)	(625.177)
(Redução)/ aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	(62.230)	37.474
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	70.159	32.685
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	7.929	70.159
(Redução)/ aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	(62.230)	37.474

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado do exercício.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado para instrumentos patrimoniais classificados como ativos financeiros disponíveis para venda não são revertidas.

**(vii) Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados, exclusivamente, à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na Brasil Bolsa Balcão (B3).

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as respectivas variações são registradas no resultado e estão classificadas na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para valorização dos instrumentos financeiros derivativos, cotações de preço de mercado são usadas para determinar o valor justo destes instrumentos. O valor justo dos contratos de futuros é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas principalmente na Brasil Bolsa Balcão (B3) e no mercado secundário doméstico. Estas curvas de rendimento são utilizadas para determinar o valor justo de taxa de juros.

**(viii) Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Crédito das operações com seguros e resseguros", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos a receber" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

**g. Redução ao valor recuperável (impairment) de empréstimos e recebíveis**

A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber com base em estudo que consiste em observar um prêmio com atraso superior a dezesseis dias, em um determinado mês, e seu comportamento após seis meses onde seapura o percentual médio de perda efetiva sobre os valores a receber que permaneceram este período de tempo em atraso. Para as operações a recuperar com resseguro, a redução ao valor recuperável é feita quando o período de inadimplência superar 180 dias a partir do registro da restituição de sinistros pagos.

No caso das recuperações de cosseguro, a constituição de redução ao valor recuperável se dará para todos os créditos vencidos com data superior a 60 dias.

**h. Imobilizado**

O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos, reconhecidos pelo custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dos custos de transação no resultado do exercício. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade.

Gastos de reparo ou manutenção são reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos. Gastos com reformas e melhorias que prolongam a vida útil dos bens são incorporados ao custo do ativo imobilizado.

A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as seguintes taxas anuais para o exercício corrente e comparativo: 10% para móveis, utensílios, máquinas e equipamentos e 20% para equipamentos de informática, veículos e benfeitoria em imóveis de terceiros.

**i. Intangível**

Softwares adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e eventuais perdas acumuladas por impairment. A taxa de amortização é de 20% ao ano.

Despesas de desenvolvimento interno de software são reconhecidas como ativo quando é possível demonstrar sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização dos softwares de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de softwares desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada gerada durante a vida útil e são testados por impairment, caso haja indicativo de perda.

Despesas subsequentes com softwares são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todos os demais custos são contabilizados como despesas à medida que são incorridos.

**j. Outros valores e bens**

**(i) Salvados a venda**

Refere-se ao estoque de bens salvados recuperados. Esses ativos são avaliados ao valor recuperável deduzidos dos custos de vendas dos bens. É reconhecida a perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial deste ativo. Ou seja, se o ativo está registrado contabilmente por valor que excede seu valor de recuperação, se o seu valor contábil exceder o montante a ser recuperado pelo uso ou pela venda do ativo. Se esse for o caso, o ativo é caracterizado como sujeito ao reconhecimento de perdas, sendo necessário que a Companhia reconheça um ajuste para perdas por desvalorização.

**(ii) Ativo estimado de salvados**

O ativo estimado de composto pelo valor esperado a receber referente aos salvados e/ou ressarcimentos resultantes dos sinistros liquidados e para os quais existe o direito a salvados/ressarcimento, porém ainda não há a posse física do bem, ou ainda por não ter acordado o valor devido em ressarcimento.

**k. Ativos de resseguros**

A cessão de resseguros é efetuada no curso normal das atividades da Companhia com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. As provisões técnicas da Companhia são apresentadas brutas de recuperações de resseguro, cujos montantes se encontram registrados no ativo, uma vez que a existência do contrato não exime as obrigações da Companhia para com os segurados.

Conforme determinado pelo órgão regulador, as empresas de resseguro sediadas no exterior devem possuir rating mínimo, de acordo com agência classificadora de risco, para operar no país, sendo as demais operações efetuadas com resseguradores locais. Desta forma, a Administração entende que os riscos de perdas são reduzidos. No caso de serem identificados indícios de que os valores a recuperar não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos são ajustados ao seu valor recuperável.

**l. Custos de aquisição diferidos**

Custos de aquisição diferidos compreendem os custos com despesas de comissão relativos à comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada, pelo período de vigência das respectivas apólices.

**m. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros**

Os valores dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda, que pode ser reconhecida no resultado do exercício se o valor contábil de um ativo exceder seu valor.

**n. Provisões técnicas**

A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia, com base nos prêmios líquidos de cessão de cosseguros e brutos de cessão de resseguro, e é constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos não decorridos dos contratos de seguros. A parcela desta provisão correspondente à estimativa para os riscos vigentes mas não emitidos, é constituída na PPNG-RVNE.

No seguro de Automóvel, a provisão para sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) é constituída com base nos sinistros ocorridos e ainda não pagos (IBNP) subtraindo o saldo da provisão de sinistros a liquidar (PSL) na data-base do cálculo. Para apurar o IBNP é calculada a estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos com base em triângulos de run-off semestrais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos nos últimos 10 semestres, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência e considera ainda a estimativa dos sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER), refletindo a expectativa de alteração do montante provisionado ao longo do processo de regulação. Já nos demais seguros de Danos, o IBNR é calculado com triângulos também de 10 semestres, porém projetando apenas os novos avisos, ou seja, não há estimativa de IBNER nesses seguros.

A provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída com base nas estimativas de pagamentos de indenizações, considerando todos os sinistros administrativos e judiciais existentes na data do balanço atualizados e corrigidos monetariamente, líquidos da parcela correspondente da expectativa de recebimento de salvados e ressarcidos.

A provisão complementar de cobertura (PCC) deve ser constituída, quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas,

continua

conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP), de acordo com as determinações especificadas na regulamentação em vigor.

A provisão de despesas relacionadas (PDR) é constituída mensalmente para a cobertura das despesas relacionadas às indenizações e está dimensionada para abranger tanto as despesas atribuídas individualmente a cada sinistro como também as despesas de sinistros não discriminadas, ou seja, aquelas agrupadas para toda carteira.

Outras provisões correspondem à Provisão de Despesas Administrativas (PDA), decorrentes das operações de seguros do ramo Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT).

**o. Operações com o Convênio DPVAT**  
A receita de prêmios de DPVAT e as respectivas provisões técnicas são contabilizadas brutas, com base nos relatórios recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. (Seguradora Líder) na proporção do percentual de participação da Companhia. Compete à Seguradora Líder as funções de recolher os prêmios, coordenar a emissão dos bilhetes, liquidar os sinistros e pagar as despesas de administração com os recursos dos consórcios, de acordo com a Resolução CNSP nº 332/2015 e alterações subsequentes. Conforme definido em instrumentos dos consórcios, 50% do resultado mensal são retidos pela Seguradora Líder ao longo do período e repassados líquidos aos participantes do consórcio no início do exercício social seguinte. Os outros 50% dos resultados a distribuir são repassados líquidos no mês subsequente ao da apuração mensal.

**p. Teste de adequação de passivo (TAP)**  
A Companhia elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 – Contratos de Seguros e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado semestralmente e considera a soma do saldo contábil das provisões técnicas de contratos de seguro bruto de resseguro, deduzido da despesa de comercialização diferida (Custos de aquisição diferidos) e os ativos intangíveis relacionados, comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos e certificados comercializados.

O teste considerou a projeção dos sinistros ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas alocáveis relacionadas aos sinistros, salvados e ressarcimentos e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros. Para o cálculo do valor presente dos fluxos projetados, a Companhia utilizou as taxas a termo livres de risco definidas pela SUSEP.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo a sinistros ocorridos, já refletido pela expectativa de despesas alocáveis a sinistros e salvados, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos (PSL e IBNR).

O valor presente esperado do fluxo relativo a sinistro a ocorrer, relativo a apólices vigentes, acrescido das despesas administrativas e outras despesas referentes a produtos em *run-off* foi comparado à soma da PPNQ e PPNQ-RVNE. Em linha com as determinações da Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações subsequentes, não foram incluídos no teste de adequação, os passivos relacionados ao seguro DPVAT.

A sinistralidade média projetada no estudo desta Companhia foi de 57,12%, incluímos neste cálculo a estimativa de prêmio futuro da carteira de seguro habitacional, cuja característica é baixa sinistralidade e prazos longos de vigência, pois acompanha o período de financiamento do imóvel.

O resseguro médio projetado no estudo desta Companhia, calculado com base nos sinistros avisados foi de 7,14%. O resultado do teste de adequação não apresentou insuficiência e, conseqüentemente, não houve necessidade de registro de provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data-base.

**q. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias**

**(i) Ativos contingentes**  
São reconhecidos contabilmente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

**(ii) Passivos contingentes**  
São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os passivos contingentes classificados como remotos não são divulgados.

**(iii) Obrigações legais**  
Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis.

**r. Benefícios a empregados**

**(i) Obrigações de curto prazo**  
As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são mensuradas e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

**(ii) Obrigações por aposentadoria**  
A Companhia é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo). O Plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e a BRAM – Bradesco Asset Management S.A. DTVM é a responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs.

O Plano de Previdência Complementar conta com contribuições dos funcionários e administradores da Companhia equivalentes a, no mínimo, 4% do salário e, pela empresa, 5% do salário, acrescidas do percentual destinado a coberturas dos benefícios de risco (morte e invalidez). As obrigações atuariais do plano de contribuição definida estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente. Além do plano apresentado, está assegurado aos participantes que, em 2001, optaram em migrar do plano de benefício definido, um benefício proporcional diferido, correspondente aos seus direitos acumulados naquele plano. Para os participantes ativos, aposentados e pensionistas do plano de benefício definido, em extinção, o valor presente das obrigações atuariais do plano está integralmente coberto por ativos garantidores.

**(iii) Outras obrigações pós-emprego**  
Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários e seus dependentes legais por um período de 180 ou 270 dias da data de desligamento a depender do tempo de empresa.

**(iv) Outros benefícios de curto prazo**  
Outros benefícios de curto prazo, tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

**s. Imposto de renda e contribuição social**  
O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 para o exercício. A contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada, até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%.  
Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15 e retornou à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre lucro tributável do exercício calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e inclui qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que sejam apurados lucros futuros sujeitos à tributação contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

**t. Resultado**  
O resultado é apurado pelo regime de competência.  
Os prêmios de seguros e cossegueros aceitos, deduzidos dos prêmios cedidos em cossegueros, e as comissões correspondentes são registrados quando da emissão das respectivas apólices/certificados/endossos e faturas, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos.

As receitas de prêmios e os custos de aquisição diferidos, relativos aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidos ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas.

Os custos de aquisição relativos à comissão de seguros são diferidos e apropriados ao resultado proporcionalmente ao reconhecimento do prêmio ganho.

As receitas e despesas decorrentes de operações de seguros do ramo DPVAT são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

As operações de cossegueros aceitos e de retrocessões são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres e do IRB - Brasil Resseguros S.A., respectivamente.

As operações de resseguro são registradas quando da emissão da apólice e avisos de sinistros, os quais são incluídos em prestações de contas que estão sujeitas a análise pelos resseguradores. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos de contratos proporcionais é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro relacionado, enquanto o diferimento dos prêmios de contratos não proporcionais é realizado em função do período de vigência dos respectivos contratos.

A participação mínima dos funcionários no resultado é apurada com base na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria. Complementos adicionais à participação mínima são reconhecidos de acordo com metas estipuladas pela Administração.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os ativos dos fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receitas de dividendos, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis).

**u. Novas normas e interpretações ainda não adotadas**  
Novas normas ou alterações de normas e interpretações que são efetivas para períodos iniciados em e após 1º de janeiro de 2018 e ainda não aprovadas pela SUSEP.

**CPC 48 – Instrumentos Financeiros**  
Em vigor pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis desde 1º de janeiro de 2018, apresenta novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A Companhia optou por aplicar a isenção temporária do IFRS 9/CPC 48 e continuará a aplicar o IAS 39/CPC 48 até a data efetiva da IFRS 17 de Contratos de Seguros.

**CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil**  
Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, o objetivo desta norma é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações, esta norma altera de maneira mais substancial a contabilidade das entidades arrendatárias, sendo também requeridas certas divulgações no caso das entidades arrendadoras. A Companhia está em processo de avaliação dos impactos e prevê um impacto nos contratos de aluguel.

**IFRS 17 – Contratos de Seguros**  
A IFRS 17 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da companhia. A IFRS 17 entra em vigor para exercícios anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022.

Os normativos, CPC 06 (R2), CPC 48 e IFRS 17, serão aplicáveis quando referendados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.

**Prêmio de Reintegração**  
De acordo com o Manual de Práticas e Procedimentos Contábeis do Mercado Segurador, elaborado pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, vigente a partir de janeiro de 2020, houve a alteração do fato gerador do registro contábil do prêmio de reintegração passando do momento da liquidação para o momento do aviso de sinistro e sua vigência se dará em 1º de janeiro de 2021. A administração avaliou e entende não ser relevante o impacto às demonstrações contábeis.

**3 Gerenciamento de riscos**  
**a. Introdução**  
A Companhia está exposta aos riscos de subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional, provenientes de suas operações e que poderiam afetar os objetivos estratégicos e financeiros.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas, os processos de mensuração e o gerenciamento de riscos.

**Estrutura de gerenciamento de risco**  
O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e da Companhia.

São realizados investimentos nas ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos, especialmente na capacitação do quadro de funcionários. Tem-se o objetivo de elevar a qualidade de gerenciamento de riscos e de garantir o necessário foco a estas atividades, que produzem valor agregado.

No sentido amplo, o processo de Governança Corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho da Companhia e proteger os acionistas, investidores, clientes, colaboradores, fornecedores, etc., bem como, agregar valor e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência prestação de contas.

Nesse contexto, o processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação e gestão dos riscos.

A estrutura do Processo de Gerenciamento de Riscos permite que os riscos de seguro/subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado. Para assegurar a uniformidade ao processo de gerenciamento de riscos, há um fórum constante de alto nível, sobre o tema com o intuito de se obter sinergia entre estas atividades. Essa instância denominada Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros estuda todos os riscos (subscrição, crédito, mercado, liquidez e operacional), define os limites de tolerância aos seus respectivos riscos e elabora planos de mitigação, entre outras atribuições.

Adicionalmente, foi instituída a Comissão Técnica de Premissas e Modelos, que tem como principal atribuição avaliar e antecipar possíveis impactos quando da alteração de premissas no cálculo das provisões, alteração de estratégia no lançamento de produtos e assuntos relacionados à Gestão de Capital com impacto na Solvência ou nível de Apetite a Riscos. Existem ainda os Comitês Executivos definidos pelo Banco Bradesco para tratar os assuntos relacionados ao Risco de Subscrição, Risco de Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional, que são submetidos ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital que tem por atribuição assessorar o Conselho de Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limites de exposição a riscos.

**b. Risco de seguro/subscrição**  
O risco de seguro é o risco transferido por qualquer contrato de seguros onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Dentro do risco de seguro, destaca-se também o risco de subscrição que advém de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da Companhia no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes tanto na definição das premissas atuariais relacionadas na constituição das provisões técnicas, bem como para fins de precificação e cálculo dos prêmios de seguro. Em síntese é o risco de que a frequência ou a severidade de sinistros ou benefícios ocorridos sejam maiores do que aqueles estimados pela Companhia.

O gerenciamento do risco de subscrição é realizado pela Superintendência Técnica. As políticas de subscrição e aceitação de riscos são periodicamente avaliadas através de grupos de trabalho. Além disso, a Diretoria de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, parte integrante da estrutura de gerenciamento de riscos, têm como uma de suas principais atribuições cálculo de capital regulatório para esse negócio e certifica os estudos de precificação de novos produtos. O processo de gerenciamento busca diversificar as operações de seguros visando primar pelo balanceamento da carteira e se sustenta no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados.

**Incertezas na estimativa de pagamentos futuros de sinistros**  
Os sinistros são devidos à medida que ocorridos. A Companhia deve efetuar a indenização de todos os eventos ocorridos durante a vigência da apólice, mesmo que a perda seja descoberta após o término da vigência deste. Como resultado, os sinistros são avisados ao longo de um período, e parte significativa destes sinistros está relacionada à Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR). O custo estimado de sinistro inclui despesas diretas a serem incorridas na sua liquidação. Considerando as incertezas inerentes ao processo de estimativa das provisões de sinistros, pode acontecer de a liquidação final mostrar-se diferente do passivo inicialmente constituído.

**Gerenciamento de ativos e passivos (ALM)**  
A Companhia realiza periodicamente a análise dos fluxos de ativos e passivos mantidos em carteira, *Asset Liability Management* (ALM). A metodologia da análise compreende a observação de suficiência ou insuficiência do valor presente do fluxo de ativos em relação ao valor presente do fluxo de passivos, assim como a duração dos ativos em relação à duração dos passivos. O objetivo é verificar se a situação da carteira de ativos e passivos está equilibrada para honrar os compromissos futuros da Companhia com seus segurados.

As premissas atuariais utilizadas na geração do fluxo dos passivos estão em linha com as características da carteira de produtos da Companhia.

**Gerenciamento de riscos por segmento de negócios**  
O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento: (i) análises de sensibilidade; (ii) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros).

**Principais riscos associados aos seguros de bens**  
• Flutuações na ocasião, frequência e gravidade dos sinistros e das indenizações de sinistros relativas a expectativas; • Sinistros imprevistos resultantes de um risco isolado; • Precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos; • Políticas de resseguro ou técnicas de transferência de riscos inadequadas; e • Provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas.

A natureza dos seguros subscritos pela Companhia, em geral, é de curta duração. As estratégias e metas de subscrição são ajustadas pela Administração e divulgadas por meio das políticas internas e manuais de práticas e procedimentos.

A seguir apresentamos um resumo dos principais riscos inerentes nas principais linhas de negócios de seguros de bens:  
• Seguro de veículos inclui, entre outros, danos físicos, perda do veículo segurado, seguro de responsabilidade de terceiros para automóveis e acidentes pessoais passageiros;  
• Seguros empresariais, residenciais e diversos incluem, entre outros, riscos de incêndio (ex.: incêndio, explosão e interrupção do negócio), desastres naturais (ex.: terremoto, vendaval e enchente), linhas de engenharia (ex.: explosão de caldeiras, quebra de maquinários e construção), marítimos (carga e casco) e seguro de responsabilidades.

**Gerenciamento dos riscos de seguro de bens**  
A Companhia monitora e avalia a exposição de risco sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição, tratamento de sinistros, resseguro e constituição das provisões técnicas. A implementação dessas políticas e o gerenciamento desses riscos são apoiados pela Superintendência Técnica.

As Superintendências Executivas Técnicas desenvolvem mecanismos, como, por exemplo, agrupamentos dos riscos por CPF, CNPJ e endereços de riscos, que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas.

**Resultados da análise de sensibilidade**  
Alguns resultados da análise de sensibilidade estão apresentados abaixo. Para cada cenário de sensibilidade, é demonstrado o impacto no resultado da Companhia de uma mudança razoável e possível em apenas um único fator.

**Seguros de Bens – Sensibilidades em 31 de dezembro de 2019**

Impacto no resultado e contribuições	Bruto de resseguro R\$ mil	Líquido de resseguro R\$ mil
Auto .....	(24.258)	(24.258)
Ramos elementares .....	(9.402)	(9.113)

**Concentração de riscos**  
As potenciais exposições à concentração de riscos são monitoradas por relatórios gerenciais onde são observados os resultados dos contratos vendidos por segmento de negócio. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por segmento baseada nos valores de prêmios emitidos

Região Geográfica	Líquido de Resseguro R\$ mil – 2019		
	Auto	Ramos Elementares	Total
Sudeste .....	1.657.153	1.094.949	2.752.102
Sul .....	920.580	232.121	1.152.701
Nordeste .....	773.300	103.320	876.620
Centro-Oeste .....	627.409	95.081	722.490
Norte .....	136.984	35.370	172.354
<b>Total (*)</b> .....	<b>4.115.426</b>	<b>1.560.841</b>	<b>5.676.267</b>

Região Geográfica	Líquido de Resseguro R\$ mil – 2018		
	Auto	Ramos Elementares	Total
Sudeste .....	1.604.694	996.085	2.600.779
Sul .....	893.190	225.829	1.119.019
Nordeste .....	756.643	98.373	855.016
Centro-Oeste .....	606.060	86.248	692.308
Norte .....	127.058	31.530	158.588
<b>Total (*)</b> .....	<b>3.987.645</b>	<b>1.438.065</b>	<b>5.425.710</b>

(\*) Não inclui os montantes de (R\$1.591) (R\$ 620 em 31 de dezembro de 2018), referente a prêmio de riscos vigentes e não emitidos (RVNE) e R\$ 43.035 (R\$ 98.928 em 31 de dezembro de 2018) relativo aos prêmios do convênio DPVAT.

**c. Risco de crédito**  
O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

**Política de resseguro**  
Por mais que as empresas seguradoras sejam conservadoras e seletivas na escolha de seus parceiros, a compra de resseguro apresenta, naturalmente embutido em sua operação, o risco de crédito. Entretanto, no Brasil esse risco é relativamente amenizado em função das regras legais e regulamentares existentes, uma vez que as seguradoras devem operar com resseguradores registrados junto à SUSEP que são classificados como local, admitido ou eventual. Os resseguradores classificados como admitido e eventual, com sede no exterior, devem atender a requisitos mínimos específicos, previstos na legislação em vigor.

A política de compra de resseguro e a aprovação dos resseguradores que integram os seus contratos competem à Diretoria Executiva, sendo observados os requisitos mínimos legais e regulamentares, alguns deles visando minimizar o risco de crédito intrínseco à operação, e considerado o patrimônio líquido compatível aos montantes cedidos.

Outro aspecto importante nessa gestão de resseguro é o fato de que a Companhia busca trabalhar dentro de suas capacidades contratuais, evitando assim a compra frequente de coberturas em contratos facultativos e exposições mais elevadas ao risco de crédito.

Praticamente todas as carteiras de ramos elementares, exceto automóveis, possuem proteção de resseguro e, em sua maioria com a conjugação de planos proporcionais e não proporcionais, por risco e/ou por evento.

Atualmente, parte expressiva dos contratos automáticos (proporcionais e não proporcionais) é cedida ao IRB Brasil Resseguros S.A. Alguns resseguradores admitidos participam com menor percentual individual, mas todos possuindo capital e *rating* superiores aos mínimos estabelecidos pela legislação brasileira, o que, no entendimento da Administração, reduz o risco de crédito.

No exercício, o prêmio cedido em resseguro foi de 2,45% (4,78% em 31 de dezembro de 2018) do prêmio emitido de ramos elementares (RE), enquanto o prêmio emitido líquido de seguro de RE foi de R\$1.602.892 (R\$ 1.515.635 em 31 de dezembro de 2018).

No quadro abaixo é demonstrada exposição ao risco de crédito, ao resseguro, contendo créditos e débitos de operações com resseguradores e os ativos de resseguro.

TIPO	Rating	Exposição (R\$)	2019 %	2018 %
LOCAL .....	AAA	-	-	40.998 72,97
LOCAL .....	A+	-	-	2.153 3,83
LOCAL .....	A	37.546	71,39	- -
LOCAL .....	AA-	2.311	4,39	- -
ADMITIDA .....	AA+	1	-	1 -
ADMITIDA .....	AA-	3.735	7,10	3.086 5,49
ADMITIDA .....	A+	4.209	8,00	4.971 8,85
ADMITIDA .....	A	4.471	8,50	4.336 7,72
ADMITIDA .....	A-	318	0,60	641 1,14
<b>Total</b> .....		<b>52.591</b>	<b>100,00</b>	<b>56.186 100,00</b>

**Gerenciamento do risco de crédito**  
O gerenciamento do risco de crédito é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Conforme exposto acima, o gerenciamento de risco de crédito é realizado de forma corporativa mediante procedimentos internos estruturados, independentes, e embasados em documentação e relatórios próprios, avaliados pelas estruturas de gestão de riscos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, e baseado em modelos internos, em fase de implementação gradual, visando à apuração, mensuração e cálculo do capital.

No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em títulos de renda fixa públicos e operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais, como demonstrado abaixo:

Ativos Financeiros/Rating	AAA(*)	AA	Sem rating	Exposto exclusivamente a risco de mercado	
				Total	Total
<b>A valor justo por meio do resultado</b> .....	<b>726.319</b>	<b>993</b>	<b>15.146</b>	-	<b>742.458</b>
Título de renda fixa público .....	323.694	-	-	-	323.694
Título de renda fixa privado .....	402.625	993	15.146	-	418.764
<b>Disponíveis para a venda</b> .....	<b>3.756.163</b>	-	-	<b>1.218</b>	<b>3.757.381</b>
Título de renda fixa público .....	3.729.235	-	-	-	3.729.235
Título de renda fixa privado .....	26.928	-	-	-	26.928
Título de renda variável .....	-	-	-	1.218	1.218

(\*) Os títulos públicos classificados nessa coluna referem-se a títulos do tesouro brasileiro (risco soberano). Trimestralmente são realizadas as reuniões do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros, do Comitê Executivo de Investimentos e, mensalmente, a Reunião Interna de Alocação de Ativos pela Área de Gestão de Investimentos da Bradesco Seguros S.A. para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

**Exposição ao crédito de seguro**  
A exposição máxima de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados é considerada reduzida pela Administração uma vez que em alguns casos a cobertura de sinistros pode ser cancelada (segundo regulamentação brasileira) caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados na data de vencimento.

**d. Risco de liquidez**  
Risco de liquidez é a possibilidade de não existência de recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para que a Companhia possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

**Exposição ao risco de liquidez**

O risco de liquidez é gerenciado substancialmente pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de títulos e valores mobiliários (CTVM) com os passivos atuariais. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade de cobrirmos altas exigências de liquidez. A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia está exposta:

	Prazo estimado de realização	
	Fluxo de Ativos (i)	Fluxo de Passivos (ii)
A vista ou sem vencimento definido .....	7.928	-
Fluxo de 0 a 3 meses .....	1.658.941	1.281.445
Fluxo de 3 a 12 meses .....	985.320	1.797.892
Fluxo de 12 a 60 meses .....	2.063.331	1.394.907
Fluxo acima de 60 meses .....	1.750.205	212.898
<b>Total</b> .....	<b>6.465.725</b>	<b>4.687.142</b>

(i) Os ativos financeiros foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais. O fluxo de ativos considera o disponível, equivalente de caixa, aplicações, créditos das operações com seguros e resseguros. As aplicações financeiras são substancialmente constituídas de Títulos Públicos Federais que, apesar de terem vencimentos de longo prazo, podem ser convertidos em caixa a qualquer momento, de acordo com o fluxo de caixa da Companhia.

(ii) O fluxo de passivos considera os passivos de contas a pagar, provisões técnicas e os débitos das operações com seguros e resseguro. As provisões técnicas foram distribuídas com base na expectativa de fluxo de caixa futuro (diferença de sinistros e prêmios esperados futuros), considerando o término de vigência dos contratos de seguros vigentes e a melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento.

**Gerenciamento do risco de liquidez**

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

A política corporativa de gestão de riscos de mercado e liquidez tem por objetivos assegurar a existência de normas, critérios e monitoramento contínuo no processo bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez. Trimestralmente, é realizada a reunião do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório e aprimoramento nos processos de gestão.

**Risco de mercado**

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

Este risco é identificado, mensurado, mitigado e gerenciado, sendo as diretrizes e limites monitorados diariamente, de maneira independente.

O controle do risco de mercado é realizado para todas as empresas do Grupo Bradesco Seguros. As atividades expostas a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, com seus respectivos planos de mitigação aprovados pela estrutura de governança.

**Gerenciamento do risco de mercado**

O processo realizado de forma corporativa é aprovado pelo Conselho de Administração do Conglomerado Bradesco e reavaliado anualmente pelos comitês específicos, bem como pelo próprio Conselho de Administração.

**Definição de limites**

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em comitês específicos de negócios, bem como pelos Comitês Executivos de Investimentos e Comitê de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros. Posteriormente, são submetidas à aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, observando os limites definidos pelo Conselho de Administração, conforme as características das operações.

A carteira de investimentos financeiros da Companhia consiste em operações estruturais provenientes das linhas de negócio. Nesse tipo de operação a intenção não é a negociação no curto prazo, que visa se beneficiar de oscilações de mercado, mas sim a manutenção do investimento pelo período necessário ao seu tipo de negócio e demanda, atendendo suas necessidades específicas.

Os principais riscos monitorados são os riscos de taxa de juros e da carteira de ações.

**Modelos de mensuração do risco de mercado**

As posições em ações são mensuradas mediante a metodologia de VaR Delta-Normal para o horizonte de 1 dia, com nível de confiança de 99% e volatilidades e correlações calculadas a partir de métodos estatísticos que atribuem maior peso aos retornos recentes.

A mensuração e o controle do risco de taxa de juros são feitos a partir da metodologia EVE (Economic Value Equity), que mede o impacto econômico sobre as posições, de acordo com os cenários elaborados pela área econômica do Banco Bradesco. Nesses cenários são determinados movimentos positivos e negativos que podem ocorrer nas curvas de taxas de juros, com impactos sobre os ativos e passivos ao longo da vida das operações, não representando necessariamente ajuste contábil.

**Análise de sensibilidade de risco de mercado**

Choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços		Cenário	
Fator de Risco		2019	2018
Índice Bovespa em pontos .....	114,489	4.926.047	4.758.439
Taxa Prefixada de 1 ano .....	4,57%	(24.091)	(34.924)
Cupom de IPCA de 1 ano .....	0,50%	(1.160.460)	(1.038.510)
Cupom de IGP-M de 1 ano .....	0,07%	(338.990)	(377.671)

Os impactos, líquidos de efeitos fiscais, desse cenário sobre as posições seriam as seguintes:

Exercício	Taxa de Juros em Reais (60)	Índices de Preços (107)	Moeda estrangeira (37)	Total sem correlação (204)	Total com correlação (102)
Dezembro 2019 .....	Exposições sujeitas à variações de taxas de juros prefixadas e cupons de taxas de juros	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	Variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras		
Definição					

**Risco operacional**

O risco operacional é representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o Risco Legal, mas exclui o Estratégico e o de Imagem.

**Gerenciamento do risco operacional**

A Companhia aborda o gerenciamento do risco operacional num processo de aprimoramento contínuo, visando acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade deste gerenciamento.

Todo o processo de Governança Corporativa para gerenciamento do risco operacional é acompanhado trimestralmente pelos comitês executivos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, cada qual com a sua especificidade, possuindo as seguintes atribuições:

- Garantir o cumprimento das Políticas de Gestão de Risco Operacional e de Continuidade de Negócios da Companhia;
- Assegurar a efetividade do processo de gerenciamento de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Aprovar e revisar as definições e critérios, modelagens matemáticas e estatísticas e cálculos referentes ao montante da alocação de capital; e
- Avaliar e submeter à validação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital do Banco Bradesco, com reporte aos comitês específicos, a política, estrutura, papéis, procedimentos e responsabilidades das dependências envolvidas no processo, bem como as revisões executadas anualmente.

**Procedimentos de controle e monitoramento contínuo**

- Identificar junto às dependências interna e externa da Companhia os eventos de perdas decorrentes de risco operacional, assegurando o correto tratamento mediante as origens/causas, para a avaliação, monitoramento, controle do processo, possibilitando à redução dos impactos, ao menor custo; e
- Estabelecer reuniões com os gestores e executivos, quanto ao tratamento das perdas junto às áreas, visando à melhoria contínua, ações corretivas e preventivas do Risco Operacional.

**Gerenciamento de capital**

O gerenciamento de capital é realizado de forma corporativa e visa assegurar que o Grupo Bradesco Seguros mantenha uma sólida base de capital para fazer face aos riscos inerentes às suas atividades, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos e metas, de acordo com as características de cada empresa do Grupo. Para tanto, são considerados o ambiente de negócios, a natureza das operações, a complexidade e a especificidade de cada produto e serviço no mercado de atuação. O processo de adequação e gerenciamento de capital é acompanhado de forma permanente e prospectiva, seja em situações de normalidade de mercado, ou em condições extremas, atendendo os limites definidos pelos Órgãos Reguladores e/ou aos aspectos de Governança Corporativa.

**Limitações das análises de sensibilidade**

As análises de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Companhia poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. A medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

**Aplicações**

**a. Resumo da classificação das aplicações financeiras**

	2019	%	2018	%
<b>Títulos a valor justo por meio do resultado</b> .....	<b>742.458</b>	<b>16,50</b>	<b>1.117.202</b>	<b>25,31</b>
Títulos de renda fixa - Fundos de investimento .....	742.458	16,50	1.117.202	25,31
<b>Títulos disponíveis para venda</b> .....	<b>3.757.381</b>	<b>83,50</b>	<b>3.296.160</b>	<b>74,69</b>
Títulos de renda fixa - Notas do Tesouro Nacional .....	2.505.026	55,67	1.049.635	23,79
Títulos de renda fixa - Letras do Tesouro Nacional .....	754.298	16,76	1.773.039	40,17
Títulos de renda fixa - Fundos de investimento .....	470.260	10,45	456.681	10,35
Títulos de renda fixa - Debêntures .....	26.579	0,59	13.863	0,31
Títulos de renda variável - Ações .....	1.218	0,03	2.942	0,07
<b>Total das aplicações financeiras</b> .....	<b>4.499.839</b>	<b>100,00</b>	<b>4.413.362</b>	<b>100,00</b>

**b. Composição das aplicações financeiras por prazo e por título**

Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos. Os títulos a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento. Os valores dos títulos que compõem os investimentos, relativos a fundos de investimentos exclusivos do Grupo Bradesco Seguros, estão abaixo apresentados com base no percentual de participação da Companhia naqueles fundos.

	2019						
	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/valor justo	Valor atualizado	Ajuste a valor justo
<b>Títulos a valor justo por meio do resultado</b> .....	<b>364.735</b>	<b>3.676</b>	<b>10.238</b>	<b>363.809</b>	<b>742.458</b>	<b>741.151</b>	<b>1.307</b>
Quotas de fundos de investimento .....	339.525	-	-	-	339.525	339.525	-
Letras Financeiras do Tesouro .....	-	-	-	323.694	323.694	323.694	-
Letras financeiras emissores privados .....	-	3.676	10.238	14.325	28.239	28.243	(4)
Certificado de recebíveis imobiliários .....	-	-	-	18.940	18.940	18.031	909
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-
- operação compromissada/outros (*) .....	12.980	-	-	-	12.980	12.980	-
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	-
- operação compromissada/outros (*) .....	12.230	-	-	-	12.230	12.230	-
Debêntures .....	-	-	-	6.850	6.850	6.448	402
<b>Títulos disponíveis para venda</b> .....	<b>1.567</b>	<b>-</b>	<b>469.910</b>	<b>3.285.904</b>	<b>3.757.381</b>	<b>3.586.127</b>	<b>171.254</b>
Notas do Tesouro Nacional .....	-	-	469.910	2.505.027	2.974.937	2.875.595	99.342
Letras do Tesouro Nacional .....	-	-	-	754.298	754.298	710.106	44.192
Debêntures .....	-	-	-	26.579	26.579	53	26.526
Ações .....	1.218	-	-	-	1.218	24	1.194
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	-
- operação compromissada/outros (*) .....	349	-	-	-	349	349	-
<b>Total das aplicações financeiras</b> .....	<b>366.302</b>	<b>3.676</b>	<b>480.148</b>	<b>3.649.713</b>	<b>4.499.839</b>	<b>4.327.278</b>	<b>172.561</b>

	1 a 30 dias ou sem vencimento definido				Valor contábil/valor justo	Valor atualizado	Ajuste a valor justo
	180 dias	31 a 360 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
<b>Títulos a valor justo por meio do resultado</b> .....	<b>407.747</b>	<b>4.980</b>	<b>148.033</b>	<b>556.442</b>	<b>1.117.202</b>	<b>1.114.151</b>	<b>3.051</b>
Quotas de fundos de investimento .....	377.940	-	-	-	377.940	377.940	-
Letras Financeiras do Tesouro .....	-	363	-	366.434	366.797	366.788	9
Letras do Tesouro Nacional .....	-	-	140.012	130.670	270.682	268.389	2.293
Letras financeiras emissores privados .....	-	4.380	8.021	19.312	31.713	31.694	19
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	-
- operação compromissada/outros (*) .....	27.953	-	-	-	27.953	27.953	-
Certificado de recebíveis imobiliários .....	-	-	-	21.569	21.569	21.120	449
Notas do Tesouro Nacional .....	-	-	-	12.018	12.018	11.854	164
Debêntures .....	-	237	-	6.439	6.676	6.559	117
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-
- operação compromissada/outros (*) .....	1.854	-	-	-	1.854	1.854	-
<b>Títulos disponíveis para venda</b> .....	<b>3.307</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.292.853</b>	<b>3.296.160</b>	<b>3.203.050</b>	<b>93.110</b>
Letras do Tesouro Nacional .....	-	-	-	1.773.039	1.773.039	1.718.994	54.045
Notas do Tesouro Nacional .....	-	-	-	1.505.951	1.505.951	1.482.759	23.192
Debêntures .....	-	-	-	13.863	13.863	49	13.814
Ações .....	2.942	-	-	-	2.942	883	2.059
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	-
- operação compromissada/outros (*) .....	365	-	-	-	365	365	-
<b>Total das aplicações financeiras</b> .....	<b>411.054</b>	<b>4.980</b>	<b>148.033</b>	<b>3.849.295</b>	<b>4.413.362</b>	<b>4.317.201</b>	<b>96.161</b>

(\*) Outros inclui contas a pagar/tesouraria.

**c. Cobertura das provisões técnicas**

Os valores dos bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	2019	2018
<b>Total das provisões técnicas</b> .....	<b>4.926.047</b>	<b>4.758.439</b>
(-) Ativos de resseguro redutores .....	(24.091)	(34.924)
(-) Direitos creditórios (líquidos dos prêmios vencidos e não pagos) .....	(1.160.460)	(1.038.510)
(-) Provisões do convênio DPVAT .....	(338.990)	(377.671)
<b>Total a ser coberto (A)</b> .....	<b>3.402.506</b>	<b>3.307.334</b>
Títulos de renda fixa públicos .....	3.259.325	2.822.674
Quotas de fundos de investimentos .....	669.730	993.582
Ações .....	-	2.935
<b>Total dado em cobertura (B)</b> .....	<b>3.929.055</b>	<b>3.819.191</b>
<b>Suficiência (B) - (A)</b> .....	<b>526.549</b>	<b>511.857</b>

**d. Hierarquia do valor justo**

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

**Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;

**Nível 2:** Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

**Nível 3:** Premissas, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	2019			2018		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
<b>Valor justo por meio do resultado</b> .....	<b>663.219</b>	<b>79.239</b>	<b>742.458</b>	<b>649.497</b>	<b>467.705</b>	<b>1.117.202</b>
Quotas de fundos de investimentos .....	339.525	-	339.525	-	377.940	377.940
Letras Financeiras do Tesouro .....	323.694	-	323.694	366.797	-	366.797
Letras financeiras emissores privados .....	-	28.239	28.239	-	31.713	31.713
Certificado de recebíveis imobiliários .....	-	18.940	18.940	-	21.569	21.569
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-
- operação compromissada/outros (*) .....	-	12.980	12.980	-	1.854	1.854
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-
- operação compromissada/outros (*) .....	-	12.230	12.230	-	27.953	27.953
Debêntures .....	-	6.850	6.850	-	6.676	6.676
Letras do Tesouro Nacional .....	-	-	-	-	270.682	270.682
Notas do Tesouro Nacional .....	-	-	-	-	12.018	12.018
<b>Disponíveis para venda</b> .....	<b>3.730.453</b>	<b>26.928</b>	<b>3.757.381</b>	<b>3.281.932</b>	<b>14.228</b>	<b>3.296.160</b>
Notas do Tesouro Nacional .....	2.974.937	-	2.974.937	1.505.951	-	1.505.951
Letras do Tesouro Nacional .....	754.298	-	754.298	1.773.039	-	1.773.039
Debêntures .....	-	26.579	26.579	-	13.863	13.863
Ações .....	1.218	-	1.218	2.942	-	2.942
Notas do Tesouro Nacional - operação compromissada .....	-	349	349	-	365	365
<b>Total das aplicações financeiras</b> .....	<b>4.393.672</b>	<b>106.167</b>	<b>4.499.839</b>	<b>3.931.429</b>	<b>481.933</b>	<b>4.413.362</b>

(\*) Outros inclui contas a pagar/tesouraria.

**e. Movimentação das aplicações**

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
<b>Saldo inicial em 1º de janeiro de 2019</b> .....	<b>1.117.202</b>	<b>3.296.160</b>	<b>4.413.362</b>
(+) Aplicações .....	2.960.122	1.982.354	4.942

**7 Operações com resseguradores**

Composição	2019		2018	
Sinistros pagos a recuperar (nota 7c)	23.057		18.474	
Redução ao valor recuperável	(9.888)		(6.722)	
<b>Operações com resseguradoras</b>	<b>13.169</b>		<b>11.752</b>	
Sinistros a liquidar	9.345		15.866	
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	12.561		10.600	
Provisão de prêmios não ganhos - resseguro cedido	15.728		23.065	
Provisão de prêmios não ganhos - risco vigente não emitido	776		2.286	
Provisão despesas relacionadas	2.185		420	
<b>Ativos de resseguro - provisões técnicas</b>	<b>40.595</b>		<b>52.237</b>	
<b>Total</b>	<b>53.764</b>		<b>63.989</b>	

**b. Movimentação**

	2019		2018	
Saldo em 1º de janeiro	63.989		63.103	
Constituição líquida de reversões	17.662		39.651	
Sinistros recuperados	(2.805)		(7.076)	
Atualização monetária de sinistros	1.948		1.221	
Outros	(27.030)		(32.919)	
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>53.764</b>		<b>63.989</b>	

**c. Composição por ressegurador**

Resseguradores	Categoria	Prêmio a liquidar	2019		Recuperação de sinistros (nota 24f)
			Sinistros a recuperar (nota 7a)	Prêmio cedido (nota 24f)	
IRB Brasil Resseguros S.A. e Munich Re do Brasil	Local	14.343	10.706	(35.667)	14.264
Resseguradora S.A.	Admitida	2.820	12.351	(3.594)	8.520
<b>Total</b>		<b>17.163</b>	<b>23.057</b>	<b>(39.261)</b>	<b>22.784</b>

  

Resseguradores	Categoria	Prêmio a liquidar	2018		Recuperação de sinistros (nota 24f)
			Sinistros a recuperar (nota 7a)	Prêmio cedido (nota 24f)	
IRB Brasil Resseguros S.A. e Munich Re do Brasil	Local	38.669	18.474	(62.820)	39.097
Resseguradora S.A.	Admitida	4.188	-	(9.643)	-
<b>Total</b>		<b>42.857</b>	<b>18.474</b>	<b>(72.463)</b>	<b>39.097</b>

**d. Demonstração da carteira e do percentual ressegurado**

Ramo	2019		2018	
	Prêmio emitido	% cessão	Prêmio emitido	% cessão
Property	721.184	5,941	9.887	1,46
Marítimo/aeronáutico	14.025	3,064	21,85	35,12
Equipamentos	187.269	1,393	0,74	9,99
SFH	369.358	28,388	7,69	9,69
Outros	180.405	4,188	0,26	1,226
<b>Total</b>	<b>1.472.241</b>	<b>39,261</b>	<b>557,837</b>	<b>22,784</b>

  

Ramo	2019		2018	
	Prêmio emitido	% cessão	Prêmio emitido	% cessão
Property	677.427	9,887	1,46	151,195
Marítimo/aeronáutico	34.946	12,272	35,12	36,713
Equipamentos	169.348	16,919	9,99	93,978
SFH	332.045	32,159	9,69	64,779
Outros	173.092	1,226	0,71	195,223
<b>Total</b>	<b>1.386.858</b>	<b>72,463</b>	<b>541,888</b>	<b>39,097</b>

**8 Outros valores e bens**

**a. Bens a venda - Salvados**

i. Composição	2019		2018	
Automóvel	98.027		93.138	
Ramos elementares	2.358		1.897	
<b>Subtotal</b>	<b>100.385</b>		<b>95.035</b>	
(-) Redução ao valor recuperável	(22.929)		(20.839)	
<b>Total</b>	<b>77.456</b>		<b>74.196</b>	

**ii. Movimentação**

	2019			2018		
	Auto	RE	Total	Auto	RE	Total
Saldo inicial em 1º de janeiro	93.138	1.897	95.035	114.937	1.627	116.564
(+) Entradas	450.241	3.361	453.602	414.729	1.029	415.758
(-) Baixa/venda	(416.273)	(3.204)	(419.477)	(433.606)	(1.514)	(435.120)
(+/-) Alteração de estimativa	(29.079)	304	(28.775)	(2.922)	755	(2.167)
<b>Total</b>	<b>98.027</b>	<b>2.358</b>	<b>100.385</b>	<b>93.138</b>	<b>1.897</b>	<b>95.035</b>
Constituição (reversão) de provisão para perda	(20.977)	(1.952)	(22.929)	(19.219)	(1.620)	(20.839)
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>77.050</b>	<b>406</b>	<b>77.456</b>	<b>73.919</b>	<b>277</b>	<b>74.196</b>

**iii. Aging-list**

	2019		2018	
De 1 a 30 dias	39.160		31.918	
De 31 a 60 dias	21.184		20.978	
De 61 a 120 dias	13.147		14.689	
De 121 a 365 dias	13.167		13.318	
Acima 365 dias	13.727		14.132	
<b>Subtotal</b>	<b>100.385</b>		<b>95.035</b>	
Redução ao Valor Recuperável	(22.929)		(20.839)	
<b>Total</b>	<b>77.456</b>		<b>74.196</b>	

**b. Outros valores - Salvados não disponíveis para venda - Estimados**

i. Composição	2019		2018	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Automóvel	49.736		11.300	
Ramos elementares	429		567	
<b>Total</b>	<b>50.165</b>		<b>11.867</b>	

**ii. Expectativa de prazo para realização dos ativos de direitos automóvel**

O quadro de expectativa de prazo para a realização dos ativos de direitos a salvados de automóvel, demonstra o estudo de realização que utilizou como base o histórico de venda dos salvados no período de 3 anos, e apresenta, em termos de percentuais, para a data do balanço em quanto tempo espera-se receber os itens de salvados de automóvel.

	Salvados Automóvel	%
No mês do pagamento		4%
Um mês após o pagamento		41%
Dois meses após o pagamento		23%
Três meses após o pagamento		9%
Quatro meses após o pagamento		5%
Cinco meses após o pagamento		3%
Seis meses após o pagamento		2%
Sete meses após o pagamento		2%
Oito meses após o pagamento		1%
Nove meses após o pagamento		1%
Dez meses após o pagamento		1%
Onze meses após o pagamento		1%
De Doze à Dezesete meses após o pagamento		3%
De Dezoito à Vinte e Três meses após o pagamento		2%
De Vinte e Quatro à Vinte e Nove meses após o pagamento		1%
De Trinta meses à diante após o pagamento		1%

**c. Desenvolvimento das efetivas realizações dos ativos de salvados de automóvel**

O quadro de desenvolvimento de salvados tem como objetivo demonstrar o comportamento dos salvados de automóveis recebidos no período do balanço, em relação ao mês em que o sinistro correspondente foi liquidado.

Montante realizado dos ativos	Salvados de Automóvel
No mês do pagamento	5.367
Um mês após o pagamento	139.445
Dois meses após o pagamento	119.311
Três meses após o pagamento	46.168
Quatro meses após o pagamento	20.424
Cinco meses após o pagamento	11.037
Seis meses após o pagamento	6.924
Sete meses após o pagamento	4.671
Oito meses após o pagamento	4.499
Nove meses após o pagamento	4.328
Dez meses após o pagamento	3.009
Onze meses após o pagamento	2.171
De Doze à Dezesete meses após o pagamento	10.605
De Dezoito à Vinte e Três meses após o pagamento	7.726
De Vinte e Quatro à Vinte e Nove meses após o pagamento	5.590
De Trinta meses à Trinta e cinco meses após o pagamento	5.401
De Trinta e seis meses à Quarenta e um meses após o pagamento	2.773
De Quarenta e dois meses à Quarenta e sete meses após o pagamento	2.261
De Quarenta e oito meses à diante após o pagamento	9.126

**9 Ativos e passivos fiscais**

Créditos tributários e previdenciários líquidos	2019			2018		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Impostos a compensar	86.466	8.294	94.760	128.148	8.192	136.340
Créditos tributários diferidos (b-i)	-	-	-	55.872	55.872	111.744
Obrigações fiscais diferidas (b-ii)	-	-	-	(46.279)	(46.279)	(92.558)
<b>Total</b>	<b>86.466</b>	<b>8.294</b>	<b>94.760</b>	<b>128.148</b>	<b>17.785</b>	<b>145.933</b>

**Sinistros brutos de resseguro**

	Ano de aviso do sinistro											
	Até 2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
<b>Montante estimado para os sinistros</b>												
No ano do aviso	2.051.071	2.406.654	2.630.295	3.128.018	3.017.311	3.706.304	4.156.707	3.820.838	3.480.574	3.239.686	3.175.390	
Um ano após o aviso	2.029.535	2.385.506	2.607.545	3.028.046	2.846.094	3.454.846	4.023.227	3.640.475	3.496.129	3.234.132	-	
Dois anos após o aviso	2.010.103	2.376.709	2.589.475	3.015.358	2.807.954	3.462.406	3.984.162	3.645.581	3.514.313	-	-	
Três anos após o aviso	2.007.070	2.392.447	2.597.310	3.035.781	2.833.029	3.434.266	4.010.621	3.657.938	-	-	-	
Quatro anos após o aviso	2.036.234	2.405.432	2.594.355	3.065.939	2.807.413	3.442.410	4.026.477	-	-	-	-	
Cinco anos após o aviso	2.037.122	2.415.926	2.612.516	2.882.422	2.815.976	3.453.928	-	-	-	-	-	
Seis anos após o aviso	2.050.290	2.424.356	2.606.943	2.892.506	2.824.110	-	-	-	-	-	-	
Sete anos após o aviso	2.061.268	2.412.898	2.617.477	2.899.890	-	-	-	-	-	-	-	
Oito anos após o aviso	2.047.279	2.419.519	2.617.485	-	-	-	-	-	-	-	-	
Nove anos após o aviso	2.048.482	2.419.811	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dez anos após o aviso	2.067.984	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Estimativa dos sinistros na data-base</b>	<b>2.067.984</b>	<b>2.419.811</b>	<b>2.617.485</b>	<b>2.899.890</b>	<b>2.824.110</b>	<b>3.453.928</b>	<b>4.026.477</b>	<b>3.657.938</b>	<b>3.514.313</b>	<b>3.234.132</b>	<b>3.175.390</b>	<b>33.891.458</b>
Pagamentos de sinistros efetuados	(2.040.016)	(2.404.835)	(2.601.725)	(2.875.941)	(2.800.303)	(3.413.418)	(3.963.162)	(3.592.652)	(3.448.247)	(3.135.574)	(2.521.446)	(32.797.319)
<b>Provisão de sinistros a liquidar</b>	<b>27.968</b>	<b>14.976</b>	<b>15.760</b>	<b>23.949</b>	<b>23.807</b>	<b>40.510</b>	<b>63.315</b>	<b>65.286</b>	<b>66.066</b>	<b>98.558</b>	<b>653.944</b>	<b>1.094.139</b>

Não foram considerados no desenvolvimento de sinistros os seguros DPVAT e retrocessão no montante de R\$ 44.544, estimativa de salvados e ressarcidos (R\$ 122.319) e IBNER no valor de R\$ 211.406

**b. Tributos diferidos**

	2019	
		Não circulante
Créditos tributários diferidos (c-i)		(62.177)
Obrigações fiscais diferidas (c-ii)		77.201
<b>Total</b>		<b>15.024</b>

**c. Origens dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos**

i. Créditos tributários diferidos	2019			Saldo em 31/12/2019
	Saldo em 31/12/2018	Constituição	Realização	
<b>Créditos tributários sobre diferenças temporárias:</b>				
Provisão para riscos de crédito	34.811	3.249	(1.628)	36.432
Provisão para contingências fiscais	2.806	457	(992)	2.271
Provisão para contingências cíveis	8.200	273	-	8.473
Provisão para contingências trabalhistas	2.927	2.894	-	5.821
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	290	4	-	294
Outros	6.838	2.245	(197)	8.886
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>55.872</b>	<b>9.122</b>	<b>(2.817)</b>	<b>62.177</b>

ii. Obrigações fiscais diferidas	2018			Saldo em 31/12/2018
	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Realização	
<b>Créditos tributários sobre diferenças temporárias:</b>				
Provisão para riscos de crédito	29.829	8.665	(3.683)	34.811
Provisão para contingências fiscais	44.264	5.378	(46.836)	2.806
Provisão para contingências cíveis	12.154	-	(3.954)	8.200
Provisão para contingências trabalhistas	3.398	-	(471)	2.927
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	1.057	-	(767)	290
Outros	13.690	212	(7.064)	6.838
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>104.392</b>	<b>14.255</b>	<b>(62.775)</b>	<b>55.872</b>

Ajuste a valor de mercado - títulos disponível para venda	2018			Saldo em 31/12/2018
	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Realização	
Ajuste a valor de mercado - títulos disponível para venda	37.243	68.501	(	

**Sinistros líquidos de resseguro**

	Até 2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Ano de aviso do sinistro 2019	Total
<b>Montante estimado para os sinistros</b>												
No ano do aviso .....	2.637.288	2.252.425	2.434.366	2.798.686	2.811.845	3.520.970	3.801.086	3.660.594	3.442.853	3.212.196	3.133.875	
Um ano após o aviso .....	2.605.686	2.226.547	2.409.938	2.688.221	2.645.925	3.304.870	3.689.978	3.541.572	3.458.405	3.202.355	-	
Dois anos após o aviso .....	2.587.388	2.222.960	2.398.452	2.690.122	2.620.053	3.315.805	3.665.485	3.544.905	3.472.159	-	-	
Três anos após o aviso .....	2.599.971	2.240.824	2.411.974	2.699.782	2.653.066	3.321.412	3.684.459	3.553.163	-	-	-	
Quatro anos após o aviso .....	2.625.333	2.255.457	2.420.706	2.723.605	2.653.597	3.329.466	3.692.024	-	-	-	-	
Cinco anos após o aviso .....	2.638.053	2.269.167	2.440.631	2.741.328	2.662.709	3.336.144	-	-	-	-	-	
Seis anos após o aviso .....	2.664.248	2.285.234	2.445.479	2.751.149	2.668.576	-	-	-	-	-	-	
Sete anos após o aviso .....	2.678.472	2.286.481	2.456.020	2.755.955	-	-	-	-	-	-	-	
Oito anos após o aviso .....	2.689.123	2.292.364	2.453.467	-	-	-	-	-	-	-	-	
Nove anos após o aviso .....	2.696.089	2.292.008	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dez anos após o aviso .....	2.770.746	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Estimativa dos sinistros na data-base</b> .....	<b>2.770.746</b>	<b>2.292.008</b>	<b>2.453.467</b>	<b>2.755.955</b>	<b>2.668.576</b>	<b>3.336.144</b>	<b>3.692.024</b>	<b>3.553.163</b>	<b>3.472.159</b>	<b>3.202.355</b>	<b>3.133.875</b>	<b>33.330.472</b>
<b>Pagamentos de sinistros efetuados</b> .....	<b>(2.689.559)</b>	<b>(2.280.501)</b>	<b>(2.440.296)</b>	<b>(2.734.930)</b>	<b>(2.647.205)</b>	<b>(3.300.677)</b>	<b>(3.633.739)</b>	<b>(3.492.351)</b>	<b>(3.410.659)</b>	<b>(3.109.972)</b>	<b>(2.505.789)</b>	<b>(32.245.678)</b>
<b>Provisão de sinistros a liquidar</b> .....	<b>81.187</b>	<b>11.507</b>	<b>13.171</b>	<b>21.025</b>	<b>21.371</b>	<b>35.467</b>	<b>58.285</b>	<b>60.812</b>	<b>61.500</b>	<b>92.383</b>	<b>628.086</b>	<b>1.084.794</b>

**e. Aging de sinistros judiciais**

	2019			
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Sinistro Bruto de Resseguro .....	96.918	114.430	269.399	480.747
Sinistro Líquido de Resseguro .....	96.663	113.204	264.606	474.473

  

	2018			
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Sinistro Bruto de Resseguro .....	82.592	138.315	336.807	557.714
Sinistro Líquido de Resseguro .....	82.154	136.984	329.521	548.659

**f. Demonstrativo do desempenho das provisões relacionadas a sinistros**

	PSL judicial
Montante das ações judiciais pagas no exercício corrente e que se encontravam provisionadas .....	229.497
Montante provisionado de ações judiciais pagas no exercício corrente e que se encontravam provisionadas .....	172.530
Processos encerrados sem pagamento no exercício corrente, para os quais haviam provisão constituída .....	41.279
Montante de ações judiciais pagas no exercício corrente e não provisionadas .....	61.019

**18 Provisões judiciais**

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido sob a definição da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

**(i) Obrigações legais - fiscais e previdenciárias**

A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, em especial o descrito abaixo, o qual encontra-se provisionado.

A principal discussão é:  
INSS – Valor provisionado R\$2.729 (R\$ 4.974, em 2018) - Refere-se à Execução Fiscal ajuizada pelo INSS, com depósito judicial de R\$1.953(R\$1.822 em 31 de dezembro de 2018), tendo por discussão a matéria Contribuição Previdenciária, enquadramento de contribuintes individuais em segurados empregados. A sentença proferida, de parcial procedência, foi confirmada em decisão de segunda instância, transitada em julgado. Atualmente, o processo encontra-se em fase de cumprimento de sentença.

**(ii) Processos trabalhistas**

Referem-se a ações judiciais ajuizadas por ex-empregados, cujas pretensões se resumem na obtenção de indenizações em pedidos de "Horas extra". É notório que as horas extraordinárias realizadas, são controladas por sistema eletrônico e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, dessa forma, as ações promovidas por ex-empregados não tem, individualmente, valores relevantes.

A constituição da provisão trabalhista, entre outros fatores, considera a data da entrada do processo (antes e após a reforma trabalhista ocorrida em novembro/2017), ela é formada com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas ações encerradas nos últimos 12 meses. Após apuração, a média é corrigida monetariamente com a adição de juros de 1% ao mês.

**(iii) Passivos contingentes**

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos.

Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizam R\$55.596 (R\$53.043 em 31 de dezembro de 2018), para os processos cíveis e R\$139.101 (R\$939.912 em 31 de dezembro de 2018), para os processos fiscais. Os principais processos com essa classificação são os seguintes:

a) Auto de Infração no valor atual de R\$ 37.642 (R\$36.480 em 31 de dezembro de 2018), decorrente de atraso na entrega de arquivos digitais da escrituração contábil e fiscal, relativos ao ano de 2007, cuja exigibilidade está suspensa em razão de liminar concedida pelo TRF 2ª Região; e b) Auto de Infração no valor de R\$ 11.930 (11.504 em 31 de dezembro de 2018), decorrente de autuação de PIS e COFINS relativo ao período de 07/2010 a 12/2011 sobre comissões devolvidas pelas corretoras sobre prêmios de apólices canceladas e ou restituídas, cuja exigibilidade encontra-se aguardando o julgamento de impugnação.

**(iv) Processos cíveis**

Referem-se à estimativa global de perdas com ações que versam sobre assuntos relacionados ao desenvolvimento normal da atividade comercial da Companhia, que possuem como objeto, questões como: devolução de contribuições/prêmios, alcance de coberturas e cobrança de benefícios ou indenizações.

As provisões de contingência cíveis são atualizadas monetariamente utilizando-se da variação monetária do IPCA – (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), medido mensalmente pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) acrescidas de juros de 1% a.m.

Processos judiciais movidos por terceiros, visando obter vínculo empregatício, são provisionados considerando a data da entrada do processo (antes e após a reforma trabalhista ocorrida em novembro/2017), ela é formada com base no valor médio dos pagamentos efetuados nas ações encerradas nos últimos 60 meses, após apuração, a média é corrigida monetariamente com a adição de juros de 1% ao mês.

**(v) Movimentação das provisões judiciais constituídas**

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outras (*)	Total
<b>Saldo em 1º janeiro de 2019</b> .....	<b>7.662</b>	<b>7.324</b>	<b>20.501</b>	<b>1.086</b>	<b>36.573</b>
Constituição/atualização monetária líquida de reversões .....	186	9.475	12.565	40	22.266
Pagamentos .....	(2.343)	(2.240)	(11.882)	-	(16.465)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b> .....	<b>5.505</b>	<b>14.559</b>	<b>21.184</b>	<b>1.126</b>	<b>42.374</b>
	Fiscais(*)	Trabalhistas	Cíveis	Outras (**)	Total
<b>Saldo em 1º janeiro de 2018</b> .....	<b>116.334</b>	<b>8.502</b>	<b>29.376</b>	<b>1.045</b>	<b>155.257</b>
Constituição/atualização monetária líquida de reversões .....	12.601	2.506	5.373	41	20.521
Pagamentos .....	(121.273)	(3.684)	(14.248)	-	(139.205)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b> .....	<b>7.662</b>	<b>7.324</b>	<b>20.501</b>	<b>1.086</b>	<b>36.573</b>

(\*) Refere-se substancialmente a realização do processo judicial de INSS referente a LC nº84 de 1996 e artigo 22, inciso I, da Lei nº 8.212 de 1991 onde discutia-se a incidência da contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas a corretores de seguro.

(\*\*) Refere-se à provisão de honorários de êxito das Contingências Passivas com perspectiva de perda possível e remota.

**19 Patrimônio líquido**

**a. Capital social e dividendos**

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 221.002 ações escriturais, ordinárias e nominativas, sem valor nominal. De acordo com as disposições estatutárias, a cada ação corresponde um voto nas Assembleias Gerais, sendo garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira.

	2019	2018
<b>Lucro líquido do exercício</b> .....	<b>372.119</b>	<b>191.109</b>
Constituição da reserva legal .....	(18.606)	(9.556)
<b>Base de cálculo dos dividendos</b> .....	<b>353.513</b>	<b>181.553</b>
Dividendos propostos no exercício (nota 22) .....	88.378	45.388
<b>Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício</b> .....	<b>25,00%</b>	<b>25,00%</b>

**b. Atos societários**

Em 29 de março e 17 de outubro de 2019, foi deliberado pelos Administradores, através de reunião de diretoria, o pagamento de dividendos, no montante de R\$200.000 e R\$100.000, respectivamente, com a utilização de saldos à conta "Reserva de Lucros - Estatutária".

**c. Reserva legal**

Constituída, ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

**d. Reserva estatutária**

Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição de reserva legal, é efetuada ao final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral.

**20 Gestão de Capital**

O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar o retorno sobre capital para os acionistas.

**a. Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital**

Em atendimento à Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações subsequentes, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (CR).

A Companhia está apurando o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, mercado e operacional como demonstrado abaixo:

	2019
<b>Patrimônio líquido contábil</b> .....	<b>1.601.900</b>
<b>Ajustes Contábeis:</b> .....	<b>(202.915)</b>
(-) Ativos intangíveis .....	(167.834)
(-) Despesas antecipadas .....	(35.081)
<b>Ajustes associados à variação dos valores econômicos:</b> .....	<b>123.053</b>
(+) Superávit de fluxos prêmios/contribuições não registrados apurado no TAP .....	65.177
(+) Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas .....	57.876
<b>Patrimônio líquido ajustado (PLA)</b> .....	<b>1.522.038</b>
<b>Capital mínimo requerido (CMR) - (Maior valor entre I e II)</b> .....	<b>1.145.811</b>
<b>Capital base (I)</b> .....	<b>15.000</b>
<b>Capital adicional com correlação (II) (*)</b> .....	<b>1.145.811</b>
Capital adicional de risco de subscrição .....	956.120
Capital adicional de risco de crédito .....	57.061
Capital adicional de risco de mercado .....	314.097
Capital adicional de risco operacional .....	36.869
Efeito da correlação (benefício) .....	(218.336)
<b>Suficiência de capital (PLA – CMR)</b> .....	<b>376.227</b>
<b>Ativos líquidos</b> .....	<b>3.929.055</b>
<b>Suficiência de ativos garantidores dos Ativos Líquidos (**)</b> .....	<b>526.549</b>
<b>Capital de risco deduzido dos ajustes econômicos para fins de índice de liquidez (***)</b> .....	<b>1.080.634</b>
<b>Índice de liquidez em relação ao CR % (****)</b> .....	<b>49%</b>

(\*) Cálculo de Capital de Risco é a soma do capital de risco de crédito, mercado, subscrição e operacional aplicado ao benefício da correlação conforme Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações.

(\*\*) Suficiência dos Ativos Líquidos, conforme determinado pela Resolução CNSP nº 360/2017, em relação ao total de provisões técnicas líquidas dos valores redutores da necessidade de cobertura.

(\*\*\*) Capital de Risco deduzido dos ajustes econômicos para fins de índice de liquidez: Corresponde ao valor do Capital Mínimo Requerido calculado com base no capital de risco de mercado sem considerar os fluxos não registrados e demais capitais inalterados (subscrição, crédito e operacional).

(\*\*\*\*) O índice de liquidez em relação ao Capital de risco requerido pela Resolução CNSP nº 360/2017 é de no mínimo 20%. Os ajustes associados à variação dos valores econômicos estão apresentados líquidos dos efeitos tributários de IRPJ e CSLL conforme disposto na Resolução 343/2016.

**21 Benefícios a empregados**

**Planos de Previdência Complementar – Contribuição definida**

A contribuição para os planos durante o exercício de 2019 totalizou R\$9.665 (R\$10.687 em 31 de dezembro de 2018), que estão integralmente cobertos por provisões técnicas, que totalizam R\$149.441 (R\$ 144.958 em 31 de dezembro de 2018), sendo: benefícios concedidos R\$89.023 (R\$85.257 em 31 de dezembro de 2018), benefícios a conceder R\$60.418 (R\$ 59.701 em 31 de dezembro de 2018).

Além desse benefício, a Companhia oferece aos seus funcionários e administradores também seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional.

**22 Transações e saldos com partes relacionadas**

	Ativo		Passivo	
	2019	2018	2019	2018
Banco Bradesco S.A. (controlador final) (i) .....	26.673	69.632	-	-
Bradesco Seguros S.A. (controladora direta) (ii) e (vii) .....	-	319	115.204	68.686
Atlântica Companhia de Seguros (empresa ligada) (ii) .....	-	11	-	4
Europ Assistance Brasil Serviços de Assistência S.A. (empresa ligada) (v) .....	121	89	360	11.669
Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A. (empresa ligada) (viii) ..	-	486	-	-
IRB Brasil Resseguros S.A. (empresa ligada) (viii) .....	10.706	28.239	9.389	32.062
BSP Affinity Ltda. (empresa ligada) (iii) .....	-	-	120	120
Bradescor Corretora de Seguros Ltda. (empresa ligada) (v) .....	-	-	5	2
Novamed Gestão de Clínicas Ltda. (empresa ligada) (v) .....	-	-	45	-
<b>Total</b> .....	<b>37.500</b>	<b>100.124</b>	<b>125.123</b>	<b>114.055</b>

	Receitas		Despesas	
	2019	2018	2019	2018
Banco Bradesco S.A. (controlador final) (iv) e (vi) .....	1.427	5.874	(1.820)	(3.950)
Europ Assistance Brasil Serviços de Assistência S.A. (empresa ligada) (v) .....	914	1.002	(355.749)	(315.713)
IRB Brasil Resseguros S.A. (empresa ligada) (viii) .....	14.264	5.637	(35.667)	(63.450)
BSP Empreendimentos Imobiliários Ltda.(empresa ligada) (vi) .....	-	-	(8.260)	(5.822)
Bradescor Corretora de Seguros Ltda. (empresa ligada) (v) .....	-	-	(271)	(141)
Bradesco Seguros S.A. (controladora direta) (ii) .....	-	-	(267.797)	(262.498)
BSP Affinity Ltda. (empresa ligada) (iii) .....	-	-	(1.440)	(1.440)
Scopus Soluções em TI S.A. (empresa ligada) (v) .....	-	-	-	(153)
CEABS Serviços S.A. (empresa ligada) (v) .....	-	-	(53.416)	(64.077)
Companhia Brasileira de Gestão de Serviços (empresa ligada) (v) .....	-	-	(6.268)	(6.641)
Chain Serviços e Contact Center S.A. (empresa ligada) (v) .....	-	-	(13.681)	(15.596)
Alelo S.A. (empresa ligada) (v) .....	-	-	(10.613)	(10.394)
Livelo S.A. (empresa ligada) (v) .....	-	-	(745)	(561)
Novamed Gestão de Clínicas Ltda. (empresa ligada) (v) .....	-	-	(271)	-
Scopus Desenvolvimento de Sistemas Ltda. (empresa ligada) (v) .....	-	-	-	(16)
Kirtorn Corretora de Seguros S.A. (empresa ligada) (v) .....	-	-	(586)	-
<b>Total</b> .....	<b>16.605</b>	<b>12.513</b>	<b>(756.584)</b>	<b>(750.452)</b>

- (i) Refere-se saldo em conta corrente e operações compromissadas.  
(ii) O rateio das despesas administrativas compartilhadas é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada sociedade filiada, sobre o total de despesas incorridas pela sociedade de comando do Grupo Bradesco Seguros, no desenvolvimento de atividades de: a) administração financeira; b) tecnologia da informação; c) administração; d) jurídico; e) recursos humanos; f) marketing e; g) corporativo, percentuais estes definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na Convenção do Grupo Bradesco Seguros.  
(iii) Refere-se à consultoria comercial no desenvolvimento de produtos.  
(iv) Despesas com taxa de custódia, tarifas bancárias e serviços de ações escriturais.  
(v) Refere-se a sinistros, assistência 24 horas, tecnologia em rastreadores e localizadores, call center, alimentação, comissão, assistência médica e TI.  
(vi) Despesas com aluguéis.  
(vii) Dividendos a pagar.  
(viii) Refere-se a operações de resseguros.

**Remuneração do pessoal-chave da Administração**

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:  
• O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é aprovada na Reunião de Diretoria, conforme determinado o Estatuto Social; e  
• A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores do Grupo Bradesco Seguros. Em 2019, foi determinado o valor máximo de R\$8.545 (R\$ 7.650 em 2018), líquido de encargos sociais, para remuneração dos Administradores e de R\$6.102 (R\$ 8.150 em 2018), para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

	2019	2018
<b>Benefícios de curto prazo a Administradores</b>		
Proventos .....	8.479	7.260
Encargos sociais .....	1.90	

<b>d. Custos de aquisição</b>		
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Comissões sobre prêmios emitidos.....	(943.709)	(888.136)
Comissões sobre prêmios cancelados.....	55.355	54.467
Comissões sobre prêmios restituídos.....	10.195	8.307
Comissões sobre prêmios de custos cedidos.....	191	2.322
Despesas com inspeção de riscos.....	(26.087)	(30.250)
Outras despesas de comercialização.....	(105.939)	(95.936)
Variação das despesas de comercialização diferidas.....	30.253	13.903
<b>Total</b> .....	<b>(979.741)</b>	<b>(935.323)</b>
<b>e. Outras receitas e (despesas) operacionais</b>		
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Despesas de seguros.....	(465.615)	(411.778)
Despesas com administração de apólice.....	(962)	(1.485)
Contribuições sobre comissões.....	(5.143)	(4.142)
Provisão para riscos de crédito.....	(3.803)	(11.386)
Provisão de processos judiciais cíveis.....	1.394	8.875
Despesa com DPVAT.....	(7.948)	(11.161)
Outras despesas operacionais.....	(591)	(54)
<b>Total</b> .....	<b>(482.668)</b>	<b>(431.131)</b>
<b>f. Resultado com resseguro</b>		
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Recuperação de indenização de resseguro (nota 7c).....	22.784	39.097
Prêmios resseguros cedido (nota 7c).....	(39.261)	(72.463)
Variação da provisão IBNR - resseguro.....	1.961	(1.867)
Variação das provisões técnicas - resseguro cedido.....	(8.847)	2.280
Outros resultados com operações de resseguro.....	(1.143)	67
Provisão despesas relacionadas resseguro - IBNR.....	1.765	141
<b>Total</b> .....	<b>(22.741)</b>	<b>(32.745)</b>
<b>g. Despesas administrativas</b>		
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Despesas com serviços de terceiros.....	(508.732)	(453.010)
Despesas com localização e funcionamento.....	(134.169)	(206.402)
Despesas com pessoal próprio.....	(234.984)	(213.746)
Ordenados.....	(131.075)	(114.007)
INSS/FGTS.....	(40.140)	(37.668)
Honorários da administração.....	(8.822)	(7.662)
Planos de previdência privada (nota 21).....	(9.665)	(10.687)
Assistência Médica.....	(10.735)	(10.828)
Outras.....	(34.547)	(32.894)
Despesas com publicidade e propaganda institucional.....	(30.456)	(32.948)
Despesas administrativas do convênio DPVAT.....	(10.531)	(11.638)
Despesas com donativos e contribuições.....	(4.437)	(3.037)
Despesas com publicações.....	(228)	(156)
Despesas administrativas diversas.....	(7.952)	(7.935)
<b>Total</b> .....	<b>(931.489)</b>	<b>(928.872)</b>

<b>h. Despesas com tributos</b>		
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Despesas com COFINS.....	(117.034)	(101.553)
Despesas com PIS.....	(19.018)	(16.502)
Despesas com taxa de fiscalização.....	(4.341)	(4.340)
Impostos/federais/estaduais/municipais.....	(2.379)	(5.002)
<b>Total</b> .....	<b>(142.772)</b>	<b>(127.397)</b>
<b>i. Resultado financeiro</b>		
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Receitas financeiras</b>		
Receitas com títulos de renda fixa (nota 4e).....	436.353	461.596
Receitas com operações de seguros e resseguros.....	57.898	75.235
Receitas com atualização monetária e depósitos judiciais.....	378	9.054
Receitas com títulos de renda variável.....	1.162	858
Outras receitas financeiras.....	17.931	17.876
<b>Subtotal</b> .....	<b>513.722</b>	<b>564.619</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Despesas com título de renda fixa (nota 4e).....	(27.424)	(59.155)
Atualização monetária de operações de seguros e resseguros.....	14.446	(37.591)
Tributação sobre operações financeiras.....	(19.912)	(24.711)
Atualização monetária de contingências passivas.....	(3.188)	(8.886)
Outras despesas financeiras.....	(3.781)	(7.480)
<b>Subtotal</b> .....	<b>(39.859)</b>	<b>(137.823)</b>
<b>Total</b> .....	<b>473.863</b>	<b>426.796</b>
<b>j. Despesas de imposto de renda e contribuição social</b>		
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Impostos diferidos</b>		
Constituição (realização) no período sobre adições temporárias.....	6.640	(14.750)
<b>Impostos correntes</b>		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(253.728)	(99.128)
<b>Imposto de renda e contribuição social devidos</b> .....	<b>(247.088)</b>	<b>(113.878)</b>
<b>25 Reconciliação da alíquota efetiva de impostos de renda e contribuição social</b>		
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b> .....	<b>628.583</b>	<b>312.884</b>
Adições.....	37.145	69.816
Exclusões.....	(16.935)	(167.525)
<b>Lucro tributável</b> .....	<b>648.793</b>	<b>215.175</b>
Tributos corrente.....	(259.518)	(96.829)
Tributos diferidos.....	6.640	(14.750)
PAT.....	1.658	1.568
Incentivos fiscais.....	3.093	1.447
Ajuste efetuado na declaração de rendimentos.....	1.039	(5.314)
<b>Total tributos</b> .....	<b>(247.088)</b>	<b>(113.878)</b>
<b>Alíquota efetiva</b> .....	<b>39,31%</b>	<b>36,40%</b>
<b>26 Outras Informações</b>		
<b>a. Relatório do Comitê de Auditoria</b>		
O resumo do relatório do Comitê de Auditoria foi divulgado junto com as demonstrações contábeis do Banco Bradesco S.A. (acionista controlador final) em 7 de fevereiro de 2020 no jornal Valor Econômico e Diário Oficial do Estado de São Paulo.		

**DIRETORIA**

Ney Ferraz Dias  
Ivan Luiz Gontijo Júnior  
Curt Cortese Zimmermann  
Américo Pinto Gomes  
Saint'Clair Pereira Lima  
Gedson Oliveira Santos  
Juliano Ribeiro Marçilio  
Vinicius Marinho da Cruz

Diretor-Geral  
Diretor-Gerente  
Diretor-Gerente  
Diretor-Gerente  
Diretor  
Diretor  
Diretor  
Diretor

Saint'Clair Pereira Lima  
Atuário MIBA nº 943

Getúlio Antônio Guidini  
Contador CRC-RS034447/O-7-T-RJ

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Aos Administradores e Acionistas da Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros Rio de Janeiro - RJ**

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 27 de fevereiro de 2020

**KPMG** KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

Érika Carvalho Ramos  
Contadora CRC 1SP224130/O-0

**PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES**

**Aos Acionistas e Administradores da Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros Rio de Janeiro - RJ**

**CNPJ: 92.682.038/0001-00**

Examinamos as provisões técnicas, exceto aquelas relativas aos consórcios DPVAT, e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis bem como os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção de Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2019, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

**Responsabilidade da Administração**

A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, bem como pelas funcionalidades dos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos atuários auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens relacionados no primeiro parágrafo deste parecer, com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas.

Esses princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Companhia, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Companhia auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e dos demonstrativos do capital mínimo, dos

valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

**Opinião**

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção de Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros em 31 de dezembro de 2019 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Nossa opinião não abrange as provisões técnicas dos consórcios DPVAT, conforme estabelecido pelas normas que definem o alcance da auditoria atuarial independente.

**Outros Assuntos**

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, e com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que, no âmbito das referidas amostras, existe correspondência dos dados que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2020



ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS, CIBA 57  
CNPJ 03.801.998/0001-11

Ricardo Pacheco  
Atuário - MIBA 2.679

Endereço: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909 - SP  
Corporate Tower Torre Norte andar 6 conjunto 61, Vila Nova Conceição, CEP: 04543-907, São Paulo